

FACTO

ABIFINA

ANO III • JAN/FEV • 2009 • Nº 17

Publicação da Associação Brasileira
das Indústrias de Química Fina,
Biotecnologia e suas Especialidades



Indústria discute fórmulas
para superar a crise

.....

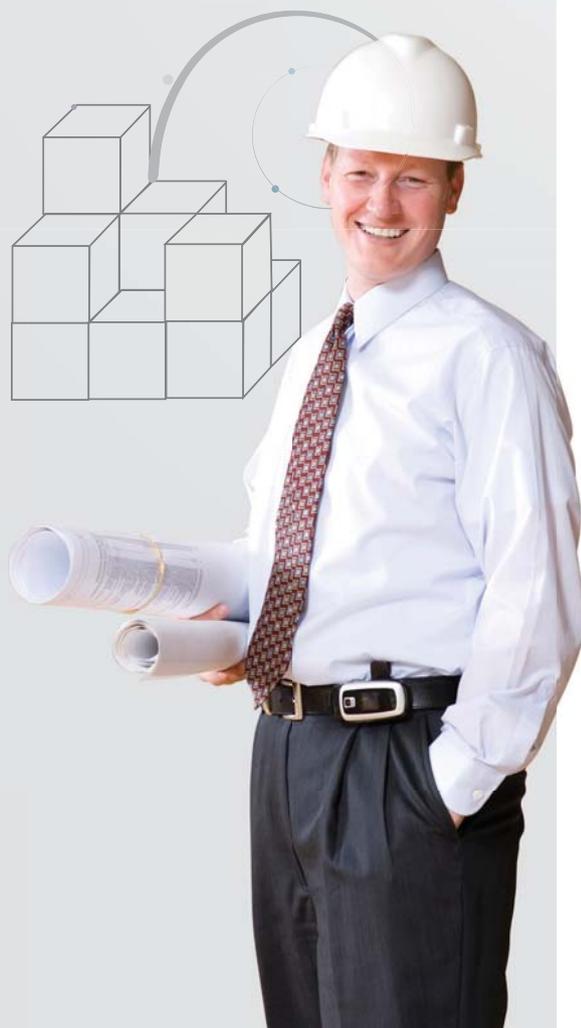
FÓRMULA DE DESENVOLVIMENTO PARA O BRASIL

INFRA-ESTRUTURA

Componente Obrigatório

.....

A ABIFINA, Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades, se empenha junto ao governo federal por medidas que priorizem os gargalos de infra-estrutura. Porque para atender de forma competitiva tanto o mercado interno quanto o externo, nossa indústria precisa urgentemente de soluções de logística, circulação e armazenamento de mercadorias. Sem portos, estradas e silos compatíveis com o nosso potencial produtivo não é possível crescer. A ABIFINA atua para melhorar a discussão e o encaminhamento deste e de outros pontos fundamentais de uma agenda para o desenvolvimento que o Brasil necessita. Se você também tem compromissos com o Brasil de amanhã, visite nosso site www.abifina.org.br



SOBERANIA É CRESCER.



ABIFINA

FORMULAMOS SOLUÇÕES PARA O BRASIL DO FUTURO.

fármacos e medicamentos • defensivos agrícolas • defensivos animais • vacinas •
catalisadores e aditivos • intermediários de síntese • corantes e pigmentos orgânicos

FACTO ABIFINA

Corpo Dirigente

Conselho Administrativo

Presidente: Luiz Claudio Barone
 1º Vice-presidente: Nelson Brasil de Oliveira
 Vice-presidente de Estudos e Planejamento:
 Marcos Henrique de Castro Oliveira
 Vice-presidente: Luiz Guedes
 Vice-presidente: Dante Alario Junior
 Vice-presidente: Marcos Lobo
 Vice-presidente: Alberto Mansur
 Diretor de Comércio Exterior: Josimar Henrique da Silva
 Diretora de Estudos da Biodiversidade: Poliana Silva
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Fármacos:
 Nicolau Pires Lages
 Diretor de Assuntos Regulatórios de Agroquímicos:
 Arnaldo Massariol
 Conselheiro Geral: Ogari de Castro Pacheco
 Conselheiro Geral: Eduardo Costa
 Conselheiro Geral: Lelio Augusto Maçaira
 Conselheiro Geral: Telma Salles

Conselheiros Beneméritos

Marcos Lobo (Agripec Química e Farmacêutica S/A)
 Dante Alario Junior (Biolab Sanus Farmacêutica Ltda.)
 Fernando de Castro Marques (União Química Farmacêutica
 Nacional S/A.)
 Isaac Plachta (IQT Indústrias Químicas Taubaté S/A.)
 Luiz Barone (Milenia Agrociências S/A.)
 João Benjamim Parolin (Oxiten S/A Indústria e
 Comércio)
 Virgílio Vicino (Agricur Defensivos Agrícolas Ltda.)

Conselho Consultivo

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
 Antônio Salustiano Machado
 Isaac Plachta
 Fernando de Castro Marques
 Alcebiades de Mendonça Athayde
 Kurt Politzer
 Fernando Sandroni
 José Alberto de Senna
 Jean Peter
 Manoel Zauberman

Expediente

Coordenação Geral:
 Claudia Craveiro • editoriafacto@abifina.org.br
 Reportagens (Capa, Tendências e ABIFINA
 Comenta): Inês Accioly
 Projeto e Produção Editorial: Scriptorio Comunicação
 21 2532 6858 - www.scriptorio.com.br

Os artigos assinados e as entrevistas são de responsabilidade do autor e não expressam necessariamente a posição da ABIFINA. A entidade deseja estimular o debate sobre temas de relevante interesse nacional, e, nesse sentido, dispõe-se a publicar o contraditório a qualquer matéria apresentada em seu informativo.

ABIFINA - Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades
 Av. Churchill, 129 / Grupo 1102 • Centro
 CEP 20020-050 • Rio de Janeiro • RJ
Novos números da Central Telefônica:
 Tel.: (21) 3125-1400 / Fax: (21) 3125-1413
 www.abifina.org.br

Em entrevista, Antonio Corrêa de Lacerda diz que mesmo diante do atual cenário o país tem potencial para transformar suas fraquezas em oportunidades.



O comportamento do setor de agroquímico frente a atual conjuntura e as perspectivas para 2009.

Relacionamentos

CEME

crise

parcerias

As parcerias público-privadas como um dos caminhos para superar a crise, no editorial.

EDITORIAL

04

CAPA

06

ENTREVISTA

12

LABORVIDA

15

ARTIGO ASSINADO

16

AGRONEGÓCIO

18

ARTIGO ASSINADO

22

SAIU NA IMPRENSA

24

PAINEL DO ASSOCIADO

26

ABIFINA EM AÇÃO

29

FACTO ABIFINA

ANO III • JAN/FEV • 2009 • Nº 17

Publicação da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades



Indústria discute fórmulas para superar a crise

Publicação da:

ABIFINA

Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades



Uma receita para a crise: a parceria público-privada

por Nelson Brasil de Oliveira • 1º Vice-Presidente da ABIFINA

Em julho de 1971 foi criada a Central de Medicamentos (CEME), na forma de um órgão autônomo do então Ministério da Previdência e Assistência Social, diretamente subordinado ao ministro e com jurisdição sobre todo o território nacional. A CEME, ambiciosamente, tinha por finalidade “promover e organizar o fornecimento, por preços acessíveis ou a título gratuito, de medicamentos a quantos brasileiros não pudessem adquiri-los a preços comuns do mercado”.

O modelo então utilizado era de gestão pública direta e centralizada, através de um órgão específico responsável pela emissão de diretrizes e a participação direta em suas execuções. Restrições impostas ao administrador público e costumesiras pressões políticas levaram a CEME a uma permanente instabilidade de gestão – o que pode ser ilustrada para o fato de que, em seus 26 anos de existência, teve quinze presidentes e sofreu diversas alterações de vinculação.

Durante toda sua existência a CEME atravessou constantes situações de crise em sua autonomia financeira e administrativa, sob espúrias pressões de grupos com interesses privados – nacionais e multinacionais, fatos que resultaram em situações de grave desabastecimento do mercado nacional que deveria ser atendido pela CEME, já que sua principal atividade era a aquisição e a distribuição de medicamentos à rede pública.

Como geralmente ocorre no Brasil, em

vez de se corrigirem os problemas atacando de frente as suas reais causas, a decisão governamental passou pela “retirada do sofá da sala”. Assim sendo, em 1997 foi extinta a CEME com a transferência de suas atribuições para diversos órgãos do Ministério da Saúde.

A despeito de todos esses fatos, e a bem da verdade, deve ser dito que a CEME teve um relevante papel no processo de desenvolvimento industrial da química fina ao longo dos anos 80, especialmente após a edição da Portaria Interministerial nº04/84, contando com uma eficiente articulação governamental realizada pelo então Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI). O CDI, no âmbito dessa Portaria, teve por atribuições examinar e promover projetos privados de desenvolvimento industrial na área da química fina, ensejando-lhes o aporte de recursos para seu financiamento via sistema BNDES, contando com a parceria privilegiada da CEME para assegurar o mercado interno e, via Codetec em especial, apoiar o desenvolvimento tecnológico. Nesse cenário ocorreu um forte crescimento do setor industrial da química fina, representado por maciços investimentos privados que superaram a casa de um bilhão de dólares entre 1984 e 1990.

Em realidade, a política industrial para a química fina, que foi competentemente conduzida pelo governo brasileiro entre 1984 e 1989, serviu de modelo ao desenvolvimento industrial posteriormente adotado no leste asiático. Até o início dos anos 80, o Brasil se encontrava tecnologicamente mais avançado na área química do que tais países, fato resultante da política industrial aplicada com sucesso na petroquímica ao longo

dos anos 70. O que fez a diferença em termos de desenvolvimento industrial da química fina atingido hoje pelo Brasil e pelos tigres asiáticos foi a conhecida descontinuidade administrativa brasileira. A política industrial para a química fina brasileira perdurou somente cinco anos (de 1984 até 1989 – retomada timidamente em 2004), enquanto nos países asiáticos prevalece vigente até hoje.

Outro aspecto a considerar reside na montagem do modelo de gestão pública e na ambição de seus propósitos. Em vez de se iniciar modestamente a partir de um modelo piloto e, com ele, testar e desenvolver a melhor forma de gestão, procura-se desde o início definir ambiciosos projetos, que geralmente resultam em frustrações por inadequação à realidade nacional.

Nesse cenário cabe destacar uma recuperação da memória nacional procedida pelo professor Kurt Politzer, em entrevista concedida a FACTO ABIFINA nº 15, edição relativa ao período setembro/outubro de 2008, quando ele mencionou o papel desempenhado pelo engenheiro Leopoldo Miguez de Mello na criação da Petrobras. No início dos anos 50, duas correntes de opinião dividiam os debatedores envolvendo a forma como deveria se proceder a pesquisa e a exploração do petróleo brasileiro – naquela época esse recurso natural era uma incógnita em termos de valor patrimonial. De um lado o grupo nacionalista defendia uma tese com forte conteúdo ideológico – a exploração sob monopólio estatal, para ser assegurada a soberania do país nessa estratégica área. De outro lado, com não menos razão, defensores da iniciativa privada alegavam a absoluta ausência de agilidade na máquina pública

para essa tarefa; pensava-se, então, na exploração do petróleo sob gestão direta do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Evidentemente esse órgão governamental não reunia as condições requeridas para uma eficiente operação de atividades que exigiriam elevados recursos, sofisticada tecnologia, agilidade decisória e flexibilidade executiva. Miguez de Mello, então técnico do CNP, modestamente apresentou uma idéia simples para solucionar o problema: criar uma empresa pública, ou seja, colocar o ente público gerindo patrimônio do Estado, mas se valendo de práticas usadas na área privada. A sugestão chocou pelo inusitado da idéia, posto que não havia ainda experiência nem legislação definindo empresas públicas, como ocorre hoje no país. Esse conceito, elaborado por um patriota focado na busca de soluções simples para os problemas nacionais, vingou – talvez até porque atendia as principais restrições existentes ao projeto. Assim, foi possível a criação da Petrobras desvinculada da administração direta, na forma dessa exemplar empresa pública que apresenta enorme sucesso em suas atividades pelos resultados operacionais que hoje se visualizam com maior clareza e, principalmente, por ter viabilizado a implantação de um grande parque industrial no país fabricante de equipamentos e de insumos para a exploração e refino de petróleo, fornecedores de serviços especializados e promovendo parcerias com empresas privadas na petroquímica, na exploração e no refino de óleo, gerando renda e emprego qualificado no país.

A ABIFINA, como membro do Conselho Consultivo de Farmanguinhos, apoiou uma proposta apresentada pelo diretor do referido laboratório visando uma reorientação estratégica do instituto para bem atender sua missão no complexo industrial da saúde, criado no âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo do governo federal. De acordo com a sugestão, Farmanguinhos sofreria uma mudança em sua configuração jurídica – respeitando o atual vínculo com a Fiocruz, da qual re-

sultasse uma operação administrativa, financeira, industrial e comercial moderna, ágil, flexível e responsável, à semelhança das empresas privadas. Seria requerida uma mudança no marco regulatório de Farmanguinhos nas áreas de orçamento e finanças, bem como no seu relacionamento com outros agentes governamentais, com destaque para a Anvisa. Também seria requerida a adoção plena dos contratos de gestão destinados a produção de medicamentos para o Ministério da Saúde e os demais agentes públicos na área da saúde. Serviria, ainda, como instrumento para a implantação de políticas públicas na área da saúde, validando propostas com suas realizações industrial, econômica e comercial pioneira.

(...) objetiva-se que Farmanguinhos venha a se constituir em um modelo protótipo para a difusão da idéia de se formarem parcerias público-privadas de empresas privadas nacionais com laboratórios oficiais regionais.

Com essa nova modelagem Farmanguinhos poderia vir a se constituir em um agente governamental pioneiro para testar industrialmente e para modelar inovações tecnológicas valendo-se de parcerias público-privadas à semelhança do ocorrido com o Projeto Efavirenz – iniciativa de inequívoco sucesso, com o objetivo de atender demandas internas e, também, daquelas provenientes de acordos de cooperação com países menos desenvolvidos na área da saúde pública. Poderia, ainda, contribuir para a preservação do domínio público nacional em conhecimento científico e tecnológico através de colabora-

ção efetiva com o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) na análise dos pedidos de patente de fármacos e medicamentos, via apresentação de subsídios ao exame dos mesmos. Serviria, dessa forma, como modelo para outros laboratórios públicos privilegiar, em suas respectivas áreas de atuação, o incentivo à fabricação nacional de uma indústria comprometida com a qualidade, a eficiência e o interesses públicos e a implantação de uma nova orientação pública visando à aquisição de princípios ativos via contratação dos serviços de fabricação realizados por empresas privadas localizadas no país, em períodos plurianuais. Além disso, serviria ao Ministério da Saúde como um instrumento prático para ser avaliada a viabilidade técnico-econômica de eventuais licenciamentos compulsórios de patentes industriais, onde o interesse público sinalizasse nesse sentido ou quando ocorressem práticas abusivas do poder econômico, inclusive quando derivadas do uso abusivo do sistema de patentes e, em especial, na ausência da fabricação local.

Em síntese, objetiva-se que Farmanguinhos venha a se constituir em um modelo protótipo para a difusão da idéia de se formarem parcerias público-privadas de empresas privadas nacionais com laboratórios oficiais regionais, para a fabricação contratada de produtos no país, sem conter a centralização, os excessos e os desvios de conduta apresentados no passado pela CEME, mas sem se perder a magnífica oportunidade representada pelo uso do poder de compra do Estado.

É importante destacar que não se busca substituir o produtor privado pelo Estado – longe disso e bem ao contrário, mas sim potencializar sua atuação através da criação de parcerias público-privadas que, sem serem desfiguradas por influências político-partidárias ou outros desvios de função, objetivem atender programas do interesse estratégico para o país via produção local, assim gerando renda interna e emprego para brasileiros, e não para asiáticos como hoje ocorre.



União contra a crise

Preocupada com a persistência de antigos problemas estruturais e com os efeitos da alta do dólar nos custos de produção, a indústria de química fina reivindica apoio mais efetivo do governo e aposta nas vantagens comparativas do país.

O Brasil vem sendo considerado por analistas econômicos uma das nações com maior capacidade de resistir à crise financeira desencadeada nos EUA em outubro do ano passado. Essa tese é reforçada por um relatório recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), segundo o qual o país sofrerá apenas uma “leve desaceleração”. Até agora as expectativas vêm se confirmando e a solidez dos fundamentos da economia brasileira amorteceu o primeiro impacto da crise. O setor de química fina mostra-se empenhado em preservar investimentos apostando num futuro favorável. Porém, é urgente a contrapartida do governo por meio de medidas de incentivo e correção de antigos problemas e distorções em suas políticas naquilo que se refere à indústria nacional.

No início de 2009, as indústrias de defensivos agrícolas contabilizaram os prejuízos do último trimestre do ano passado. O resultado, porém, não foi reflexo da queda nas vendas e sim da alta cotação do dólar. Luiz Claudio Barone, presidente

da Milenia Agrociências S.A, explica que, embora o faturamento do setor seja em reais, o preço dos defensivos é indexado ao câmbio seguindo o modelo do agronegócio, que é o seu cliente.

Assim, entre outubro e dezembro os produtores receberam em reais o valor

O governo só está facilitando a importação, principalmente a chinesa, enquanto a indústria de defensivos não tem qualquer incentivo para produzir localmente.

relativo às vendas feitas nos meses anteriores, quando a cotação do dólar estava mais baixa (no primeiro mês da crise ela já chegou a superar os R\$ 2). O resulta-

do foi uma brusca redução da margem de lucro no período. “O mesmo pedido que havíamos faturado por R\$ 100, com o dólar a R\$ 1,60, acabou tendo seu valor reduzido no último trimestre”, explica Barone. “Tínhamos os pedidos em mãos e precisamos entregá-los com um câmbio extremamente desfavorável. A conversão resultou numa perda expressiva, que variou de empresa para empresa.”

Antigo alvo de críticas por parte do setor agroquímico, a dependência da indústria em relação às importações de princípios ativos acabou tendo seus efeitos atenuados com a crise. Se por um lado o câmbio está desfavorável, elevando o preço das importações, Barone lembra que por outro lado os preços de insumos do mercado internacional, em especial da China, caíram consideravelmente. No entanto, ainda que se mantenha tal situação, em princípio favorável ao agronegócio, ele defende o estímulo à produção nacional. “O governo só está facilitando a importação, principalmen-

te a chinesa, enquanto a indústria de defensivos não tem qualquer incentivo para produzir localmente.”

Quanto às previsões para um ano que promete ser difícil, Barone garante que “o cenário não é pessimista”. Cautela é a palavra de ordem para a indústria atravessar o primeiro semestre, estabelecendo em seguida uma estratégia de negócios para a segunda metade do ano. A boa notícia para os produtores de defensivos é que nem todos os segmentos do agronegócio sofrerão igualmente com a crise mundial, pois, segundo Barone, as culturas mais diretamente ligadas à alimentação manterão o nível de vendas e os agricultores continuarão plantando. “As pessoas adiam a compra do carro, da geladeira, da roupa, mas existe uma coisa que não há como adiar: a alimentação”. Além disso, lembra o presidente da Milenia, a alta do dólar favorece as exportações.

Alguns números indicam o acerto dessa previsão. O preço da soja caiu 50% no momento mais grave da crise, em comparação aos valores negociados no auge de sua cotação em 2008. Posteriormente, no entanto, ele se recuperou em 35%. A *commodity* estava na ordem de US\$ 15 o *bushel*, despencando para US\$ 9. Em contrapartida, o dólar, antes cotado a R\$ 1,60, subiu para R\$ 2,30. Outro fator contribuiu para preservar o caixa dos clientes da indústria de defensivos. “Os preços despencaram na época do plantio, em que os negócios se retraem, então não foi tão grave para os agricultores”.

Apostando na persistência desses fatores favoráveis, Barone afirma que os próximos plantios estão garantidos – a safriinha de milho, por exemplo, já está sendo plantada –, o que sustenta as expectativas de faturamento da indústria de defensivos para os próximos meses. Mas o presidente da Milenia alerta para um problema que pode mudar completamente essa previsão: a falta de crédito. “A decisão sobre como será o plantio da safra 2009/2010 ainda está longe de acontecer, mas não há nada no cenário que aponte para uma catástrofe. No entanto, ninguém sabe como será a

disponibilidade de crédito. O governo está sempre muito otimista, dizendo que a situação não passa de uma marola, mas na verdade há um represamento do crédito para a agricultura nos bancos. O governo disponibiliza o dinheiro, porém os bancos não emprestam e impõem exigências absurdas, como fazer seguro ou comprar título de capitalização. A gente já sente a dificuldade da falta de crédito hoje”, alerta Barone.

É grande a expectativa em relação à próxima safra de verão, que começa em agosto e setembro. “Se o crédito que o governo diz estar disponível vai realmente chegar à ponta é a grande incógnita no momento. Se o crédito fluir, haverá o plantio normal”, afirma Barone. Alguns setores

“Se o crédito que o governo diz estar disponível vai realmente chegar à ponta é a grande incógnita no momento. Se o crédito fluir, haverá o plantio normal”.

da agricultura, segundo ele, provavelmente não passarão incólumes pela crise. É o caso do algodão, que pode sofrer por estar ligado mais à indústria têxtil do que à alimentícia, e da cana-de-açúcar, que já enfrenta hoje um estrangulamento de crédito. Na previsão de Barone, este segmento deverá ser o mais prejudicado em 2009: “O setor estava investindo forte nos últimos anos na construção de usinas e na expansão de áreas de plantio por conta do etanol. De repente, os bancos simplesmente puxaram o trem de pouso e o agricultor ficou sem capital de giro.”

Fármacos e medicamentos: desafios estruturais

No setor farmoquímico, antigos problemas de base vividos por essa indústria no país somam-se aos efeitos da crise.

Esta é a opinião de Jean Peter, diretor superintendente da Globe Química Ltda. O principal entrave é a restrição de crédito para a indústria, em especial a de pequeno porte. “A empresa que está capitalizada e sem dívidas seguirá bem. Mas como a maioria das companhias vive de descontos de títulos e recorre aos bancos para garantir capital de giro, essas ficam em situação difícil.”

Segundo Jean Peter, além de os bancos terem diminuído as linhas de crédito, aumentaram os juros e as exigências, por exemplo com relação a valores de duplicatas. Essa situação impactou o caixa da Globe, que teve dificuldades para quitar o 13º salário dos funcionários. Ele conta que a empresa, com um faturamento de R\$ 30 a 35 milhões ao ano, chega a pagar aproximadamente 200 mil reais por mês de juros.

“O governo deve, por meio do BNDES, do Banco do Brasil ou outra instituição, abrir linhas de crédito a juros razoáveis, o que é diferente de juros subsidiados. Não queremos favores e sim acesso ao crédito”, afirma o executivo. Ele assinala que esse recurso é fundamental para a indústria farmoquímica se manter, uma vez que o retorno dos investimentos no setor se dá no longo prazo. “Todo produto que criamos hoje será realidade no mercado apenas daqui a três anos”, lembra o diretor da Globe. “Levamos um ano e meio para desenvolver a etapa inicial de um produto em laboratório. Há ainda o período de desenvolvimento junto ao cliente. Não é como chiclete, por exemplo, que precisa apenas de um anúncio na televisão.”

Outro problema, para Jean Peter, é a falta de isonomia regulatória que permite às empresas estrangeiras auferirem vantagens competitivas sobre a indústria nacional. Já com relação aos efeitos diretos da crise, ele faz coro com os empresários do setor agroquímico ao apontar como um problema importante a alta cotação do dólar, que elevou os custos das empresas. As pequenas, sem crédito nem capital de giro, enfrentam um qua-

dro ameaçador: “Quando você vende, fecha o contrato em reais, mas a reposição do estoque é em dólar. Então, para cada quilo de produto em real pagamos 40% a mais”, explica. No entanto, ele considera que o pior irá passar quando as empresas tiverem se reestruturado para lidar com a nova situação.

Ainda em concordância com a indústria de defensivos, o setor farmoquímico teme que a dependência de insumos externos deixe o Brasil mais vulnerável aos efeitos de crises mundiais como a que atravessamos agora. Na opinião de Jean Peter, essa é uma situação inaceitável para um país soberano e em crescimento como o nosso. Ele explica que, no caso de uma crise interna na China ou na Índia, a indústria nacional de medicamentos corre o risco de ter suas atividades interrompidas. Esse risco não é imediato uma vez que há um acúmulo de estoques, mas os efeitos da crise nesses países já se fizeram sentir por aqui. Os fornecedores de matéria-prima estão apertando os prazos para pagamento e a China, que antes concedia 90 dias, agora impõe 30 dias.

O somatório de todos os fatores descritos por Jean Peter resulta em rentabilidade limitada e baixa escala de produção no setor farmoquímico. Ainda assim, ele considera que o país já avançou. “Éramos uma indústria terminal e passamos a emergentes”, afirma, recordando o ressurgimento da indústria após um período em que chegou a ser “dizimada”. As políticas públicas, mesmo que incipientes, prosperam – “uma mudança que veio para ficar”, na opinião do empresário. Para ele, o país está bem posicionado economicamente no cenário internacional, o governo reconhece a necessidade de romper a dependência externa na área de medicamentos e, mediante o uso do poder de compras do Estado, estimula o apetite da indústria doméstica. Para o diretor da Globe, é fundamental que o governo leve essa política mais adiante, pois no setor farmoquímico é necessário “ser muito maior que o mercado brasileiro.”

Por outro lado, apesar de reconhecer os benefícios do plano concebido pelo

Ministério da Saúde para desenvolver uma cadeia produtiva de medicamentos no país, Jean Peter afirma que é difícil para os fabricantes de farmoquímicos investir em inovação enquanto ainda enfrentam problemas estruturais. “Até hoje nossa empresa sobreviveu com recursos próprios. Estamos fazendo a primeira tentativa de conseguir algum financiamento junto ao BNDES, mas não para inovação e sim para equipar laboratórios. Precisamos de equipamentos modernos, pois nossa meta mais urgente é nos tornarmos mais competitivos. Se não for assim, não adianta inovar”.

Akira Homma, diretor de Bio-Manguinhos – Instituto de Tecnologia em Imunológicos, entende que a indústria farmoquímica nacional já está no caminho do crescimento. Os projetos definidos pelo governo como prioritários antes da crise foram mantidos, com ênfase em estímulos à indústria que tornem possível ampliar o acesso da população a itens essenciais na área da saúde. A incorporação de novas tecnologias e produtos de alto conteúdo tecnológico pelo setor tem permitido ao governo ampliar os programas de imunização para diversas doenças.

Colocamos em prática uma regra: o estímulo às boas idéias e alternativas. A crise não deixa de ser uma oportunidade para buscar o inusitado, o diferente, o incomum, e para concretizar conquistas.

Segundo o diretor de Bio-Manguinhos, estudos comprovam que o país tem economizado com a atual política de saúde. Vacinação regular, ampliação do acesso ao tratamento de doenças crônicas de alto custo pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecimento da confiabilidade do sistema de vigilância epidemiológica

são alguns dos resultados positivos. Além de garantir a saúde da população, essa recente orientação do governo federal funciona, em sua opinião, como um sinalizador para a indústria farmoquímica privada investir no mercado interno e assim reunir forças para sobreviver à crise.

Numa análise mais ampla da economia mundial, Homma aponta a tendência à retração dos investimentos e à transferência de capital para ativos fixos, além da redução da taxa de crescimento em nível global, especialmente nos países com economia baseada em *commodities*. O Brasil, para ele, seria uma exceção na América Latina, pois inspira confiança no mercado internacional: “Temos fé em que o Brasil atravesse esta crise com êxito e com menores sobressaltos do que outros países têm vivido, apesar dos ajustes que venham a se fazer necessários. Este momento, como na maioria das crises financeiras, está relacionado à expectativa sobre o futuro da economia mundial. Portanto, o momento não é de retrair, mas de investir no futuro com responsabilidade.”

Homma ressalta que todas as estratégias de desenvolvimento nacionais devem se pautar, cada vez mais, na sustentabilidade: “Precisamos tornar o mundo mais igualitário, com condições de desenvolvimento diante de recursos naturais escassos e problemas ambientais que se agravam de forma acelerada. Independentemente da crise financeira mundial, as necessidades da sociedade têm que ser atendidas, em especial na área da saúde.”

É justamente para buscar o crescimento em meio à crise de maneira sustentável que a EMS, empresa do ramo farmacêutico, está reavaliando suas estratégias, decisões e ações tendo como norte a inovação e a pró-atividade. “Colocamos em prática uma regra: o estímulo às boas idéias e alternativas. A crise não deixa de ser uma oportunidade para buscar o inusitado, o diferente, o incomum, e para concretizar conquistas”, diz a diretora de Relações Externas, Telma Salles. Segundo ela, o objetivo da EMS este ano é “trabalhar sério para manter a liderança do mercado,



alcançada com o exercício diário dos valores da empresa: ousadia, simplicidade, excelência e responsabilidade.”

Ao traçar uma análise das questões primordiais a serem equacionadas pelo setor, a diretora da EMS menciona as patentes, as barreiras comerciais, o avanço das pesquisas e dos investimentos internacionais. São antigas dificuldades, cujas soluções ganharão um superior sentido de urgência em 2009, exigindo a aliança entre os setores público e privado. “Esses temas demandam intenso trabalho de nossa parte, além de critério e envolvimento do governo brasileiro.”

Salles tem convicção de que a crise é influenciada por fatores psicológicos, em que pesem os efeitos concretos sobre os negócios. “Percebemos tensão e incerteza em relação ao futuro e ao real impacto dos recentes acontecimentos econômicos. Entretanto, não deixamos de lado o otimismo e a esperança de crescimento da economia brasileira em 2009. Preferimos também acreditar em um bom desempenho do mercado de medicamentos, em especial o de genéricos”, reforça.

Na opinião de Dante Alario Jr., diretor técnico e científico da Biolab Sanus Farmacêutica Ltda, o governo brasileiro deve perder o receio de aplicar medidas

que podem ser interpretadas como protecionistas: “Todos os países com clara visão de futuro protegerão ou já estão protegendo seus mercados, população e empresas durante a crise”. Em sua avaliação, embora o governo Lula tenha realizado avanços significativos para o país, ainda há muito a fazer. “A política de inovação não deveria ser um plano de governo e sim de Estado. Não deveríamos ter juros, por mais baixos que fossem. Como a saúde é uma área de risco, o melhor seria estabelecer o pagamento de acordo com o sucesso do projeto.”

Assim como Barone, da Milenia, e Salles, da EMS, Alario se mantém otimista em meio à crise, considerando que o mais importante no momento é confiar na estabilidade econômica alcançada pelo Brasil nos últimos anos. “Se baixarmos a cabeça e não tomarmos as providências necessárias, sem dúvida nos tornaremos mais vulneráveis”, exorta. “Não estamos imunes, mas certamente nos encontramos em melhor posição do que nos governos passados”. Apesar das dificuldades momentâneas, o mercado não se fechou e há espaço para crescimento no futuro se as empresas se adequarem ao novo cenário. A crise será também, para Alario, “o demarcador de uma nova era, em que o posicionamento das nações se nor-

teará ainda mais fortemente pela inovação tecnológica.”

No setor de fitoterápicos, a vice-presidente do Laboratório Simões Ltda, Poliana Silva, indica que o principal entrave está no alto custo e no longo tempo de duração dos testes exigidos para a obtenção do registro de medicamentos novos e revalidações, o que gera uma barreira para muitas companhias do setor. “Empresas de pequeno e médio portes, atuantes há mais de 30 anos, têm se deparado com essa dificuldade e vêem suas possibilidades se restringirem à revalidação dos registros de apenas 30% ou 35% do total de seu mix de produtos”. Além disso, segundo ela, a necessidade de elevadas somas de capital para a promoção desses produtos inibe as pequenas empresas e abre espaço para as grandes transnacionais dominarem o mercado.

Parcerias público-privadas em prol da indústria

O assessor especial do presidente da Petrobras S.A., Vivaldo Barbosa, confirma que a empresa, junto com outras do setor petroquímico e os Ministérios da Saúde e da Agricultura, prossegue em seus estudos para a produção de intermediários de síntese da cadeia que vai dos petroquímicos básicos aos farmoquímicos e agroquímicos. Segundo ele, mesmo com a crise, o projeto será mantido por seu caráter estratégico e pelo apoio de diferentes áreas do governo, o que “certamente dará importante impulso à química fina, que poderá se tornar em pujante setor da indústria química nacional.”

A Fábrica Carioca de Catalisadores (FCCSA) é um bom exemplo do sucesso e dos benefícios da parceria mencionada por Barbosa. Segundo o diretor superintendente da empresa, Edson Kleiber de Castilho, a FCCSA foi pouco afetada pela crise. Único fabricante de catalisadores para craqueamento de petróleo na América do Sul, tem como principais clientes as refinarias da Petrobras, mas também conta em seu portfólio com a maioria das refinarias do continente e de Cuba.



A empresa dispõe de uma equipe técnica de alto nível que desenvolve produtos em conjunto com pesquisadores da Petrobras e recebe consultoria permanente dos técnicos da acionista Albemarle Corporation – um dos principais *players* mundiais na tecnologia de catalisadores. “Nossa equipe interage continuamente com a Petrobras e os clientes da América do Sul, testando e desenvolvendo novas alternativas de catalisadores que atendam às demandas de mercado em termos de qualidade, rentabilidade e vantagens ambientais”, afirma Castilho.

Os recursos financeiros que o governo brasileiro demonstra dispor e que pretende utilizar devem ser alocados prioritariamente em setores estratégicos como o da química fina. O país não pode prescindir do desenvolvimento deste segmento nem permitir que ele seja limitado pelos reflexos desta crise mundial.

Os intermediários químicos, por constituírem a base para a produção de medicamentos, defensivos e outros insumos agrícolas, entre suas inúmeras aplicações industriais, na opinião de Vivaldo Barbosa merecem tratamento diferenciado por parte do governo, até porque podem contribuir para minimizar o impacto da cri-

se mundial. “Os recursos financeiros que o governo brasileiro demonstra dispor e que pretende utilizar devem ser alocados prioritariamente em setores estratégicos como o da química fina. O país não pode prescindir do desenvolvimento deste segmento nem permitir que ele seja limitado pelos reflexos desta crise mundial”.

Para Barbosa, a pior consequência da crise em todos os setores da economia é o desemprego, que, por implicar também em retração do consumo, cria um círculo vicioso: as empresas sofrem redução de faturamento devido à queda do poder aquisitivo da população, que é um reflexo do desemprego, e acabam demitindo mais gente para compensar as perdas decorrentes da queda das vendas. O assessor da Petrobras destaca que, além das demissões, observa-se hoje uma tendência a restrições de direitos trabalhistas e achatamento salarial, o que diminuirá ainda mais o poder de compra da população, aumentando ou prolongando a crise.

Barbosa ressalta que as empresas também têm um papel social no esforço do país para contornar os efeitos da crise. “Se mantiverem o quadro de empregos a crise será enfrentada e superada. Serão necessários ajuda e recursos para manter o capital de giro, mas as empresas estarão assegurando o que é fundamental

nesta hora: o poder aquisitivo da população. Certamente terão o apoio do governo e o indispensável respaldo moral de toda a nação.”

No setor de química fina, de maneira geral, a crise serviu para confirmar que medidas governamentais adotadas recentemente estavam no caminho certo,

na opinião de Richard Kessedjian, diretor da Alfa Rio Química Ltda. Para ele, são pontos positivos e representam um avanço para o setor a mudança na política de importação, que proporcionou isonomia tributária aos fornecedores nacionais, os programas de incentivo à inovação tecnológica e os estudos para viabilizar a verticalização da produção de insumos farmoquímicos, entre outros.

“A indústria nacional voltou a ser valorizada e a reestruturação atual incentivará investimentos no parque fabril, nos laboratórios e em tecnologia”. Para que a economia não retroceda com a crise, Kessedjian sugere, a exemplo de outros empresários e executivos, que o setor mantenha o ânimo, apostando na superação desta fase. “É importante estarmos atentos para não nos deixar contagiar pelo pessimismo das expectativas relacionadas à crise internacional e evitar que elas produzam efeitos locais.”

Segundo o diretor da Alfa Rio, parte do mercado pode preferir a percepção do lado negativo da crise, enxergando somente as demissões em massa, restrições ao crédito, encolhimento das economias exportadoras, queda do consumo em geral e quebra de grandes corporações no mundo. Os mais pessimistas podem se restringir a considerar medidas como a flexibilização das leis trabalhistas e a redução de carga horária e de salários. Mas, apesar de não negar a existência de tal cenário, Kessedjian evita uma visão alarmista dos fatos e aposta no futuro. Ele acredita que o país conseguirá reverter os problemas gerados pela crise em um novo modelo econômico mais benéfico. Para enfrentar as dificuldades do momento, ele destaca a necessidade da redução dos juros e da ampliação dos prazos de pagamento.

A crise não afetou os planos de investimentos da Oxiteno S.A. Indústria e Comércio. Segundo seu coordenador de Assuntos Corporativos, Fábio Tescari, no segundo semestre de 2008 a empresa concluiu importantes projetos de expansão, incluindo o início da operação de uma unidade oleoquímica com capaci-

É de fundamental importância que o governo federal seja ágil na identificação dos problemas e na tomada de medidas eficientes no combate a práticas desleais de comércio exterior.

dade para produzir aproximadamente 95 mil toneladas de álcoois graxos, ácidos graxos e glicerina. Além disso, a Oxiteno ampliou sua unidade de óxido de eteno em Mauá, acrescentando 38 mil toneladas à capacidade produtiva, e as unidades de etoxilados e etanolaminas em Camaçari, aumentando a produção em 120 mil toneladas. “Estas ampliações tiveram o objetivo de atender à indústria brasileira, que vinha apresentando crescimento sustentável nos últimos anos”, explica.

No atual cenário, Tescari recomenda que o governo fique em alerta para evitar o descontrole da balança comercial do setor químico. Em 2008, de acordo com dados da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) as importações brasileiras de produtos químicos registraram a marca recorde de US\$ 35,1 bilhões, um crescimento de 46,6% em relação a 2007. Enquanto isso as exportações cresceram apenas 11,3%, somando US\$ 11,9 bilhões. O executivo da Oxiteno adverte para o risco de aumento desse desequilíbrio: “É de fundamental importância que o governo federal seja ágil na identificação dos problemas e na tomada de medidas eficientes no combate a práticas desleais de comércio exterior, já que a forte retração da demanda nos mercados internacionais expõe a indústria brasileira a um maior risco de sofrer concorrência acirrada de produtos excedentes”.

Ao contrário de Barone, da Milenia, o diretor presidente da Inpal S.A. Indústrias Químicas, Manoel Zauberman, acre-

dita que a indústria têxtil, compradora de produtos da química fina, não sofrerá com a crise. Segundo ele, “o forte desse segmento é o mercado interno”, que absorve 95% da produção nacional. Há alguns anos, desde o Plano Collor, a China começou a invadir o mercado mundial com seus tecidos e a indústria brasileira, antes referência internacional, não teve condições de competir, comprometida que já estava pelo peso dos encargos tributário e trabalhista e pela sobrevalorização do real. Assim, direcionou sua estratégia para “dentro de casa”. Zauberman conta que grandes marcas exportadoras tiveram suas vendas externas drasticamente reduzidas em função da política cambial.

O presidente da Inpal garante que a empresa está preparada para a eventualidade de um crescimento da demanda do setor têxtil e, principalmente, para dar conta da tendência de diferenciação dos tecidos de acordo com o que se convencionou chamar de “acabamentos performáticos”. Pioneira no segmento, a Inpal mantém parceria com o Senai/Cetiqt para inovar constantemente em seus produtos, oferecendo à indústria têxtil soluções tecnológicas que atendam às novas necessidades e demandas, tais como os tecidos sintéticos que oferecem o conforto do algodão graças a produtos que dão maior porosidade às fibras sintéticas.

Há 50 anos no mercado, a Inpal é, segundo Zauberman, a única sobrevivente do seu segmento no estado do Rio de Janeiro e exporta para países da América Latina como Argentina e Equador. “O peso das exportações ainda é pequeno, principalmente por causa do câmbio. Mas algumas oportunidades devem surgir brevemente para outros países, agora que o dólar está 20% ou 30% acima dos patamares dos últimos anos. Então, temos a chance de nos tornar competitivos no mercado externo”. O país já tem vantagens nessa corrida pela conquista do mercado. Com uma indústria têxtil reconhecida pelo seu padrão de qualidade internacional e consolidada no mercado doméstico, fica comprovada, por exten-

são, a qualidade da indústria química que a abastece.

O diretor presidente da Inpal afirma que, independentemente de cenários positivos ou negativos, o segmento está se movimentando, com o apoio da ABIFINA, para defender de forma mais agressiva junto ao governo a preferência para a indústria nacional. Ele lembra que no ano passado as fardas das Forças Armadas brasileiras foram todas feitas com tecidos chineses e se mostra disposto a trabalhar pela mudança desse quadro. “Já estamos em contato com o Exército para que nas próximas concorrências considere a isonomia tributária”, um fator que, quando negligenciado, favorece os fornecedores estrangeiros em detrimento dos nacionais.

Se as expectativas de revitalização do setor da indústria de química fina se concretizarem, o país terá virado uma importante página de sua história econômica, deixando para trás um ciclo de sucateamento de indústrias de alto valor agregado que, se tivessem sido adequadamente estimuladas em vez de sucateadas por uma irresponsável liberalização de importações, hoje estariam contribuindo decisivamente para o equilíbrio da balança comercial. Agora é que iremos ver se o governo brasileiro aprendeu com os erros cometidos nas duas últimas décadas.



Estabilidade macroeconômica deixou Brasil mais preparado para enfrentar a crise

Antonio Corrêa de Lacerda



A redução da dependência do petróleo, a diminuição das dívidas externa e interna e as reservas cambiais fortes fizeram o Brasil ter mais fôlego para “encarar” a crise econômica mundial. É o que afirma o professor-doutor do departamento de Economia da PUC-SP e economista-chefe da Siemens Brasil, Antônio Corrêa Lacerda. Na entrevista a seguir ele diz que mesmo diante do atual cenário, o país tem potencial para transformar suas fraquezas em oportunidades. Mas para isso o economista alerta que deve-se inverter a essência da política econômica brasileira, reduzindo a taxa de juros, estimulando as operações de crédito, desonrando os impostos, ampliando os investimentos em infra-estrutura, criando vantagens competitivas e fomentando as exportações.

De que forma e em que alcance as medidas tomadas pelos governos em 2008, no mundo, vêm contribuindo para resolver, ou pelo menos atenuar os efeitos da crise?

Trata-se da maior crise após o grande *crash* de 1929 e a primeira crise mundial na fase da globalização. Isso torna o efeito contágio entre os vários mercados internacionais mais rápido. Em contrapartida, ao contrário do que ocorreu em 1929, os governos estão mais atentos, tomando medidas para amenizar a crise. Os pacotes de recapitalização dos bancos tendem a minimizar o impacto da crise financeira. Mas isso não vai impedir seus desdobramentos na economia real.

A contratação do crédito e do financiamento provocará uma desaceleração do crescimento da economia global. O PIB mundial, que vinha crescendo cerca de 5% ao ano, no período 2002-2007, deverá apresentar uma diminuição de ritmo para 3,7% em 2008 e muito menos este ano.

Como se situa a reação das economias dos países emergentes nesse cenário?

Os países emergentes manterão em geral seu crescimento, embora em ritmo mais moderado. Também há muitas diferenças entre eles. O Brasil, por exemplo, está melhor preparado para enfrentar os efeitos da desaceleração global devido a estabilidade macroeconômica. Alguns aspectos são relevantes. A grande mudança estrutural veio da substancial diminuição da dependência do petróleo, devido a um razoavelmente bem sucedido programa de ampliação da produção de petróleo, assim como a mudança na matriz energética, com a incorporação do etanol e outras energias renováveis. Isso muda nossa condição frente ao mundo e no futuro será, ao contrário, um fator de desenvolvimento.

Nas contas externas brasileiras, também houve uma melhora expressiva, o que diminuiu nossa vulnerabilidade. O conforto de US\$ 200 bilhões de reservas e a dívida externa pública relativamente pequena representam defesas importantes. No lado fiscal, a dívida interna, além de ter sido reduzida também teve zerada a sua parcela de títulos cambiais, que sempre implicaram um ônus

em períodos passados de instabilidade cambial.

Nossa economia é puxada pela demanda doméstica, o que é uma vantagem em tempos de crise global. Apesar das incertezas sobre os rumos dos mercados internacionais, no Brasil o volume de crédito/PIB é de apenas 40%, tendo muito espaço para crescer, agora com taxas de expansão mais sustentáveis.

O sistema bancário brasileiro é fortemente regulado e capitalizado, e os bancos estatais, como o BNDES, Banco do Brasil, e Caixa Econômica e outros são instrumentos que compensam parcialmente as restrições de crédito internacional.

Temos ainda demanda reprimida na infra-estrutura, principalmente nos setores de energia, transportes, saneamento básico, siderurgia e mineração. Para combater a crise será importante que o governo mantenha seu plano de investimentos nestes setores para atenuar os efeitos da crise e, adicionalmente estimulando os investimentos privados.

O Brasil vem adotando as medidas que se fazem necessárias nas áreas financeira, fiscal e de política industrial?

Há um claro descompasso entre o ritmo de deterioração das expectativas e o nível de atividades da economia brasileira, *vis a vis* o ritmo e profundidade das medidas de combate à crise. Isso tem feito com que “importemos” muito além do que seria previsto, o efeito da recessão dos países ricos. Apesar de o Brasil dispor de situação macroeconômica favoravelmente inédita para fazer frente ao novo cenário global, ao contrário do que ocorreu em outras crises, por outro lado não garante imunidade para enfrentar a crise.

O desempenho das economias locais dependerá principalmente das suas próprias ações anti-cíclicas, do grau de criatividade, ousadia e autonomia das suas políticas econômicas domésticas. Isso exige um conjunto de medidas de efeito coordenadas para reverter os impactos da crise. Nesse sentido, contraditoriamente, algumas das debilidades brasileiras são verdadeiras oportunidades, como o déficit habitacional, as carências de infra-estrutura, de saneamento, etc. Mas tudo isso não é automático. Para fazer da nossa relativa boa base macroeconômica e transformar as carências em oportunidades é preciso inverter o cerne das políticas econômicas.

O primeiro ponto é reduzir a taxa básica de juros, adaptando-a ao novo cenário mundial, radicalmente diferente do de três ou seis meses atrás. Isso implica ir além do gradualismo e reduzi-la o mais rápido e fortemente possível em, pelo menos, 2 a 3 pontos percentuais, para dar um choque positivo de expectativas e reduzir o custo de financiamento da dívida pública. Ao contrário do que poderia parecer, a manobra proposta implicaria baixíssimo risco. A queda dos preços das commodities e produtos em geral provocado pela queda generalizada da demanda permite e exige ousadia nesse ponto.

Também é preciso agir para reduzir o custo e estimular as operações de crédito com a redução dos *spreads* e taxas ao tomador final. Para isso há que se utilizar o poder dos bancos públicos, BNDES, Banco

do Brasil e CEF para ampliar o crédito e financiamento em condições mais favoráveis e estimular a demanda, a produção e os investimentos.

O terceiro ponto é desonerar tributos para incentivar o nível de atividades e os investimentos produtivos. O argumento da “perda de arrecadação” decorrente de desonerações precisa ser revisto, porque com a recessão todos perdem, inclusive o governo, que terá queda brusca de arrecadação decorrente do baixo do nível de atividades e do aumento da inadimplência. Portanto, é mais sensato diminuir os encargos e viabilizar atividades para que se mantenha a arrecadação tributária mediante ao estímulo do consumo e da produção.

O quarto ponto importante é ampliar os investimentos públicos, no âmbito federal (PAC e outros), e estimular as esferas estaduais e municipais e as empresas estatais a também fazê-lo, para fomentar toda a cadeia produtiva envolvida e servir de parâmetro para os investimentos privados. Para isso é muito importante um verdadeiro mutirão para desobstruir entraves, inclusive pendências ambientais e legais, que estejam provocando postergações nos cronogramas dos projetos de grandes investimentos. Eles são balizadores e multiplicadores do investimento em toda a economia.

O quinto ponto é aprofundar a PDP (Política de Desenvolvimento Produtivo) para consolidar e mesmo criar novas vantagens competitivas setoriais, ampliando o grau de valor agregado local. Embora tenha sido uma boa iniciativa, a PDP precisa levar em conta o novo cenário global e brasileiro e ir mais fundo em todos os seus aspectos propostos. Dentre os objetivos é preciso estimular atividades geradoras de emprego e renda e, ao mesmo tempo, pouco demandadoras de importações. É o caso, entre outras, da infra-estrutura, construção civil e indústrias de “bens de salário”, como alimentícia, vestuário, calçadista, etc.

O sexto aspecto é fomentar as exportações, estimuladas pela desvalorização

cambial. Apesar da retração da economia internacional, que vai acirrar a competitividade, é plenamente viável ampliar, mediante ações, o *market share* brasileiro de apenas 1,2% das exportações mundiais. Nesse sentido a desvalorização do real, proporcionalmente acima da dos nossos principais concorrentes internacionais, é uma aliada. É preciso ir além e vencer a tendência ao protecionismo dos demais países e estabelecer acordos comerciais pontuais que ampliem nossas chances nos mercados.

O sétimo, último, mas não menos importante, é rever as prioridades da política macroeconômica, tendo como foco o crescimento. É preciso ter em conta que o desafio mais urgente é combater a crise e seus efeitos. Isso implica romper paradigmas e que todos os atores da política econômica atuem coordenadamente, inclusive o Banco Central, além de articular pactos com a iniciativa privada e os trabalhadores.

O maior desafio é evitar que a economia real continue a “derreter”, como tudo indica que ocorreu no quarto trimestre de 2008 e vai ocorrer no primeiro trimestre de 2009. É preciso agir imediatamente para salvar o desempenho dos próximos trimestres e garantir uma taxa de crescimento minimamente positiva, de pelo menos 2,5% a 3% no ano para evitar o agravamento do desemprego e a queda da renda, que vinham sendo juntamente com o crescimento do crédito os fatores principais de expansão do mercado doméstico e de crescimento do PIB.

O novo governo norte-americano trará, efetivamente, melhores condições para resolver os problemas financeiros detectados e, ao mesmo tempo, promover a retomada do crescimento da economia?

Barack Obama já mostrou que tem condições e grande carisma. No entanto, não evitará a recessão de 2009 nos EUA, porque ela já está dada. O desafio dele é tornar as medidas imediatas para reverter esse quadro negativo o mais rapidamente

te possível. Ou seja, um cenário positivo possível seria o início de uma retomada em 2010.

E quanto à situação do câmbio, qual seria o valor razoável a se especular como patamar para se estabilizar ao longo de 2009?

Se a apreciação continuada do real, que prevaleceu em 2006, 2007 e até agosto de 2008, era prejudicial para o setor produtivo brasileiro, a volatilidade observada nos últimos três meses também não é favorável para a tomada de decisões. Sendo um dos principais preços da economia, uma certa previsibilidade do comportamento futuro da taxa de câmbio é um fator determinante para a formação de preços, decisões de investimentos e produção, além do seu papel para o comércio exterior (exportações e importações).

Um câmbio mais desvalorizado é importante para fomentar a geração de valor agregado local, especialmente para amenizar os impactos da crise de crédito pós 15 de setembro nas contas externas e, ao mesmo tempo, gerar atividade interna para compensar os efeitos da desaceleração global.

Muitos se preocupam com o efeito inflacionário da desvalorização do real e defendem uma atuação mais forte do Banco Central brasileiro no mercado cambial à vista. No entanto, principalmente levando em conta as condições do mercado internacional é preciso considerar alguns aspectos importantes:

a) O primeiro aspecto é que a desvalorização do real não é tão expressiva o quanto poderia, em um primeiro momento, parecer. Se tomarmos as taxas médias vigentes ao longo dos períodos, o quadro não é tão dramático. Melhor do que tomar a simples comparação entre a menor cotação, de R\$ 1,55 no final de julho e os R\$ 2,50 que tem vigorado nos últimos dias, é levar em conta o câmbio médio efetivo ao longo do período. Ele tende a refletir mais a estrutura de preços relativos da economia por guardar maior relação com o fluxo de caixa das operações no mercado produtivo;

b) O câmbio médio vigente entre janeiro e agosto deste ano foi de R\$ 1,67, com baixa volatilidade (variação). O de setembro a novembro passado foi de R\$ 2,08, 25% mais elevado, porém com maior volatilidade. É provável que a média de dezembro e talvez dos próximos meses seja uns 10% mais elevada, ou seja, próxima de R\$ 2,30, ainda com elevada volatilidade;

c) Como o *pass through* (repasso) médio é de 10%, isso significaria *coeteris paribus* ou seja, considerando-se as demais variáveis constantes, apenas para exercício, isso representaria potencialmente um impacto direto de 3,5 pontos percentuais (10% de 35%) na inflação;

d) No entanto, há que se considerar a deflação ocorrida nos preços em dólares das *commodities* no mercado internacional, que nos últimos três meses representou uma queda de 65% em média. Essa queda já está se refletindo nos indicadores de infla-

reduzir as taxas básicas de juros (Selic), estimular a diminuição dos *spreads* dos bancos comerciais, fomentar a liquidez e induzir a fluidez do crédito e financiamento seriam fatores muito importantes diante do quadro atual.

ção doméstica, tanto pelo efeito direto da queda dos preços das *commodities*, quanto indireto, dos demais preços, o que também é estimulado pela demanda mais fraca;

e) Assim, voltando à taxa de câmbio, se uma taxa real de equilíbrio estivesse digamos próxima de R\$ 2,00 há dois meses, hoje ela pode ser mais alta, entre 10% e 15%, sem gerar uma pressão inflacionária acima do tolerável.

Portanto, considerando-se esses fatores, não é uma má opção a decisão do Banco Central do Brasil de preservar as reservas cambiais ao invés de queimá-las

excessivamente para evitar a desvalorização do real.

Para efeito de comparação, enquanto o Brasil manteve até o momento praticamente intacto o seu nível de reservas, países emergentes como Rússia, Índia, Coreia do Sul e Cingapura já perderam cada um em média cerca de US\$ 100 bilhões depois da crise. Todos os países citados possuíam um nível de reservas superior ao nosso e talvez possam se dar ao luxo de gastá-las agora. Também vale ressaltar que todos esses países também tiveram uma valorização menor das suas moedas nos últimos anos, ao contrário do real.

No caso brasileiro, a volatilidade do comportamento da taxa de câmbio também tem outras influências dadas pelos derivativos cambiais de empresas que apostaram na continuidade da valorização do real, as posições compradas em dólares no mercado futuro e a crise de crédito para comércio exterior. Todos esses efeitos tendem a ser passageiros, o que seria mais um fator favorável a atual estratégia do BCB.

Outro destaque importante é que o BCB, embora venha atuando apenas pontualmente no mercado cambial à vista, tem agido mais intensamente na oferta de *swaps* cambiais. No primeiro caso, representa venda direta de reservas, no segundo, a possibilidade de recompra, portanto mais adequada para preservar o saldo das reservas;

Assim, considerando-se custos e benefícios a questão mais determinante foi mesmo a excessiva valorização do real ocorrida nos três anos anteriores. O que está havendo agora é uma correção. Não valeria então a pena tentar reverter a desvalorização atual cometendo um outro erro de queimar desnecessariamente as reservas.

Isso, no entanto, não quer dizer que não há o que fazer, não apenas no aperfeiçoamento da política cambial, mas também no âmbito da política monetária, que tem grande influência no mercado, em uma acepção mais ampla. Nesse sentido, reduzir as taxas básicas de juros (Selic), estimular a diminuição dos *spreads* dos bancos comerciais, fomentar a liquidez e induzir a fluidez do crédito e financiamento seriam fatores muito importantes diante do quadro atual.

De Mappel a Laborvida

A Laborvida introduz a gestão de excelência e prioriza tecnologias de ponta e o desenvolvimento da cadeia produtiva nacional de medicamentos sólidos orais

A unidade produtiva da Mappel Laboratórios Farmacêuticos Ltda. foi adquirida pelo novo grupo empresarial denominado Laborvida. A nova unidade será dedicada ao segmento de medicamentos sólidos orais, especialmente na forma de prestação de serviços a terceiros, com capacidade para atender a qualquer demanda de cápsula ou comprimido. As empresas que terceirizam seus serviços com a Laborvida enviam os insumos e a fábrica agrega mão-de-obra qualificada e equipamentos de ponta na produção de sólidos além de, eventualmente, acrescentar algum elemento à embalagem. O produto final vai para o almoxarifado pronto para distribuição. Com esse nicho de prestação de serviços, a Laborvida garante a continuidade da produção e sustenta a possibilidade de investir em negócios com produtos próprios inovadores.

A idéia dos sócios é investir na pesquisa de produtos de pequenos volumes de demanda, mas de alto valor agregado. “A terceirização é importante porque sustenta a empresa. Mas, o crucial é que estamos investindo em desenvolvimento de novos mercados onde temos bastante conhecimento acumulado e



tecnologia de produção”, destaca o diretor-presidente do laboratório, Lélío Maçaira.

O momento é promissor também porque há uma vontade política evidente no sentido de fortalecer a cadeia produtiva de medicamentos no país, movimento liderado pelo Ministério da Saúde. De acordo com os sócios da Laborvida, a empresa se prepara para responder com excelência e dedicação a chamada para ampliação do mercado interno que, além da oportunidade para revitalização da indústria farmacêutica e farmoquímica, tem um destacado sentido cívico. “Todos querem um país soberano em termos de saúde pública e agora contamos com a compreensão governamental da importância estratégica de nossa indústria para o desenvolvimento e sustentabilidade do país”, destaca Lélío.

Entre os diferenciais da Laborvida está o modelo gestor que será empregado, voltado a priorizar a cadeia produtiva de qualidade com parcerias estratégicas com o setor farmoquímico nacional. A Laborvida encara de frente a missão de desenvolver produtos com alto padrão de qualidade para a exportação e para atender às demandas geradas pela Portaria 978, que dispõe sobre a lista de produtos estratégicos, no âmbito do Sistema Único de Saúde, com a finalidade de colaborar com o desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde.

A atividade inventiva das patentes

por Marcos Oliveira • Vice-presidente de Estudos e Planejamento da ABIFINA



Uma das grandes dificuldades na aplicação judiciosa do sistema de proteção à propriedade industrial, via concessão de patentes de invenção, é que o sistema como concebido é do tipo *one size fits all*; isto é, a patente concede ao seu detentor o direito de excluir terceiros de seu uso pelo período de vinte anos, qualquer que seja o mérito da invenção. Com isto, invenções de extrema importância são niveladas em termos de direitos concedidos a invenções triviais ou incrementais, como muitos gostam de chamar. Pessoalmente acho a designação de incremental inadequada, pois na verdade todas as invenções são incrementais, todas elas fazem uso de conhecimentos existentes no estado da arte aos quais a nova invenção vem se agregar. A distinção entre as invenções importantes e as triviais é o grau de avanço em relação ao estado da arte, a dimensão da contribuição que cada uma delas faz ao avanço do conhecimento. É um avanço significativo que justifica o monopólio concedido pela sociedade ao inventor através do instituto da patente.

Os critérios de patentabilidade existentes na legislação de patentes incluem um elemento diferenciador de mérito, a atividade inventiva. O problema é que a aplicação deste elemento só permite duas decisões: sim ou não, isto é a

patente é ou não concedida. A adoção da existência de atividade inventiva, ou não-obviedade que é o seu equivalente na legislação dos EUA, como critério de patentabilidade ao lado de novidade e atividade industrial é relativamente recente. A lei 5.772/71, o antigo Código Brasileiro de Propriedade Industrial, por exemplo, não fazia menção a ela. Atividade inventiva só foi explicitada como critério de patentabilidade na lei 9.279/96 que atualmente rege a concessão de patentes no Brasil, mas é claro que a idéia estava subjacente, embutida no conceito geral de invenção.

Do ponto de vista da concessão de patentes de invenção a questão a ser respondida é: qual a dimensão do avanço que justifica o privilégio do monopólio por vinte anos? Uma resposta cabal a esta pergunta não é fácil e certamente não pode ser universalizada, mas é possível estabelecer alguns parâmetros para a análise. Uma invenção que seria

nir qual o grau de inventividade que exigiria para conceder uma patente. Esta é uma das importantes flexibilidades existentes naquele acordo.

Atividade inventiva, ou não-obviedade, tem sido bastante discutida ultimamente, no mundo inteiro, por múltiplas razões. Nos EUA, na Europa e no Japão tem surgido muitos estudos relacionando a emissão de um grande número de patentes de baixa qualidade com a adoção de exame inadequado para o critério de atividade inventiva. Alguns destes estudos chegam a dizer que o patenteamento excessivo de invenções triviais tem causado um efeito diametralmente oposto ao pretendido pelo sistema: está reduzindo o ritmo de inovações. Aparentemente sensível a estes argumentos, a Suprema Corte dos EUA, em 2007, definiu critérios mais rígidos para o exame deste quesito.

Para os países mais atrasados tecnologicamente esta discussão é muito

Os critérios de patentabilidade existentes na legislação de patentes incluem um elemento diferenciador de mérito, a atividade inventiva. O problema é que a aplicação deste elemento só permite duas decisões: sim ou não, isto é, a patente é ou não concedida.

feita mesmo na ausência do incentivo representado pela patente certamente não mereceria o privilégio. É intuitivo que se uma invenção for simples a ponto de que se não fosse realizada hoje seria fatalmente inventada em dois ou três anos, não deveria merecer um monopólio de vinte anos. A literatura tem diversos exemplos de metodologias que podem ser usados para estabelecer o nível de atividade inventiva mais conveniente para uma dada sociedade. O acordo TRIPS se eximiu de entrar em detalhes sobre isto deixando a cada país a liberdade de defi-

importante. Ao lado de uma revelação efetiva da invenção, a adoção de um nível mínimo de inventividade para a concessão de patentes é uma das condições essenciais para manter abertos os caminhos do desenvolvimento tendo em vista a evolução recente do uso do sistema de patentes pelas empresas inovadoras dos países mais avançados.

Nas últimas três décadas o uso do sistema de patentes sofreu uma importante mutação: as empresas inovadoras passaram a usar o sistema não apenas para proteger seus produtos *per se*,

Do ponto de vista da concessão de patentes de invenção a questão a ser respondida é: qual a dimensão do avanço que justifica o privilégio do monopólio por vinte anos?

mas também toda a área de mercado na qual aquele produto se situa através de reivindicações de escopo muito amplo. Além disso, passaram a patentear múltiplos atributos de uma mesma molécula, de forma sequencial, para conseguir prolongar o tempo de exclusividade de mercado da mesma. Assim é que se assiste hoje o patenteamento de um fármaco, de segundos usos do mesmo fármaco, de modificações na forma cristalina da mesmíssima substância, diferentes formulações para um mesmo medicamento, sais e ésteres da mesma molécula básica e assim por diante. A grande maioria de tais patentes tem escassa inventividade e em geral são supérfluas do ponto de vista da produção, mas se prestam a bloquear a entrada de novos concorrentes no mercado, um efeito particularmente perverso para os países ainda em desenvolvimento, sobretudo no campo dos produtos para a saúde, pois tais práticas tendem a postergar a entrada de medicamentos genéricos ou similares no mercado.

A fixação de um nível baixo de atividade inventiva na legislação de patentes dos países em desenvolvimento tem sido sugerida por alguns, sob o argumento que as empresas destes países têm baixa capacitação tecnológica e que, portanto só podem gerar pedidos de patentes sobre inovações triviais. Se o nível requerido de atividade inventiva for elevado, estas empresas não terão como obter patentes. O argumento é falacioso, encerra uma armadilha. Dada a disparidade de capacitação e de gastos em P&D, qualquer que seja o nível de atividade inventiva requerido pela legislação de um país em desenvolvimento a proporção de patentes concedidas será sempre em favor das grandes com-

panhias inovadoras dos países avançados. Numa situação de baixo nível de exigência o que as empresas dos países em desenvolvimento vão encontrar é o mercado de seu país bloqueado por uma miríade de patentes de inventores estrangeiros cobrindo produtos, conhecimentos e técnicas que de outra forma estariam em domínio público, disponíveis para seu uso. A experiência recente de vários países asiáticos parece sugerir que incentivos outros que não a proteção conferida por patentes são mais importantes nas etapas iniciais de capacitação em setores intensivos em conhecimento.

O uso estratégico do sistema de patentes não afeta negativamente apenas aos países em desenvolvimento. Há importantes correntes de pensamento que advogam a tese que a emissão desenfadada de patentes de baixa inventividade vem contribuindo para uma diminuição no ritmo de inovações e aumentando desnecessariamente os custos de transação na área do desenvolvimento tecnológico. Estes efeitos têm sido constatados em áreas em que o conhecimento cumulativo é mais acentuado, como em microeletrônica, *software*, biotecnologia e químico-farmacêutica. Na área farmacêutica é flagrante o descompasso entre o número de patentes emitidas e o número de novos medicamentos lançados



no mercado, uma relação considerada significativa nas décadas de 60 e 70, mas que perde substância quando se analisam os resultados empíricos de décadas mais recentes. A despeito do crescimento acentuado dos gastos em pesquisa, o número de medicamentos novos lançados a cada ano vem caindo sistematicamente, sugerindo que os esforços de pesquisa e de patenteamento estão sendo direcionados para inovações triviais cujo propósito é meramente estratégico, de proteção aos resultados comerciais de moléculas existentes e não direcionados para inovações genuínas.

O Brasil precisa ainda superar várias carências tecnológicas para alcançar um nível satisfatório de inovação e competitividade na área da produção farmacêutica, química ou biológica, e o melhor caminho para isto parece ser o de manter um elevado nível de exigência no requisito de atividade inventiva para garantir o domínio público mais amplo possível.

Na área farmacêutica é flagrante o descompasso entre o número de patentes emitidas e o número de novos medicamentos lançados no mercado, uma relação considerada significativa nas décadas de 60 e 70, mas que perde substância quando se analisam os resultados empíricos de décadas mais recentes.

Setor agroquímico em alerta para 2009

A queda generalizada dos preços das commodities agrícolas ameaça o mercado de fertilizantes e defensivos, mas ainda existem nichos a serem explorados. Os estoques estão altos e o setor espera negociações difíceis para este ano.



Enquanto o mundo especula sobre os desdobramentos da crise financeira e as chances de retomada do crescimento no menor prazo possível, o agronegócio brasileiro começa a sentir os efeitos da retração da demanda, e com ele a indústria agroquímica. O histórico entrave na obtenção de crédito agrícola se acentuou, e a alta do dólar onerou as importações de insumos. Rece-

osos quanto à comercialização das próximas safras, os produtores pretendem reduzir a área de plantio: segundo Luís Traldi, diretor de Planejamento Estratégico e Comercial da Milenia Agrociências, essa redução deverá ser acentuada – de 15% a 30% – embora os dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) indiquem algo entre 2% e 4% da área cultivada.

Segundo as entidades direta e indiretamente ligadas à indústria agroquímica, 2009 será um ano de retração do mercado mas também de oportunidades para aqueles que acompanharem de perto os movimentos de adaptação do agronegócio ao novo cenário. O vice-presidente da ABIFINA, Luiz Guedes, afirma que os pequenos produtores agrícolas estão se especializando e buscando novos nichos de mercado, o que gera também novas demandas de produtos agroquímicos. “Estamos mais acostumados a negociar com propriedades que trabalham em escala,

como a soja, o milho, o algodão e a cana-de-açúcar, mas há pequenos produtores de flores, por exemplo, que hoje expor- tam uma barbaridade. Também já começa a surgir uma fruticultura mais especiali- zada de mamão, melão, manga, etc.”

Ainda assim, as culturas tradicionais no país continuam dominando o merca- do. De acordo com o superintendente de Gestão e Oferta da Conab, Carlos Eduar- do Cruz Tavares, o milho e a soja repre- sentam hoje 85% da produção nacional. Se incluirmos o arroz e o feijão, chega-se a aproximadamente 99%. Segundo Gue- des, o mercado de *commodities* agrícolas está se reconfigurando. Diante da limita- ção do crédito, muitos agricultores des-istem do negócio e começa a haver uma concentração nas mãos de poucos, que se dedicam a produções de maior por- te. Com isso, a forma de negociação dos fornecedores de agroquímicos com os produtores também tende a se alterar. Alguns agricultores optam por se organi- zar em cooperativas, por exemplo, para ganhar poder de barganha. “Serão menos produtores para discutir com o fornece- dor de insumo”, afirma.

Concretizando-se ou não essa nova tendência, o agricultor espera o desaque- cimento das vendas e pretende reduzir seus custos de produção, o que inevitavel- mente atingirá os insumos. Na avalia- ção de Traldi, ele está cuidando da safra de verão e não demonstra preocupação, como no ano passado, com a disponibi- lidade de insumos para a próxima estação, pois sua percepção é a de que não falta- rão fertilizantes, defensivos e sementes.

O fundamento de tal percepção, expli- ca Traldi, é a queda do preço das maté- rias-primas para fertilizantes no mercado internacional. Porém, o estoque atual no país é elevado e foi produzido nos tempos de alta. Logo, a tendência dos produtores de fertilizantes é manter seus preços ele- vados. Mas ele não tem dúvidas de que essa indústria, responsável por cerca de 30% do custo de produção para o agri- cultor, terá de enfrentar, já na safra de inverno, duras negociações de preço.

“A previsão com que se trabalha hoje é que o custo da matéria-prima se mante- nha baixo por mais tempo”, explica Traldi. “Se for verdade, a indústria de fertilizan- tes não terá caixa suficiente para se man- ter por um período mais longo sem vender o produto. Então virá o jogo de pressão entre agricultor e indústria para ver quem irá ceder primeiro. O mais provável é que os dois cedam um pouco e façam os negó- cios caminhar”, analisa.

Retração pega de surpresa os fertilizantes

Asdrúbal Jacobina, gerente de Custos de Produção da Conab, lembra que a pre-

“Existe uma oferta abundante na mão dos fornecedores, em torno de seis ou sete milhões de toneladas, que não estão sendo absorvidas pelo mercado”

Asdrúbal Jacobina

visão inicial para 2008 era de um aumento de 4% na produção de fertilizantes em rela- ção ao ano anterior. Depois do recorde de vendas alcançado em 2007 – mais de 24 milhões de toneladas –, quando a in- dústria brasileira de fertilizantes abaste- ceu 67% do mercado da América Latina, a expectativa era superar esse resultado, mas isto não aconteceu. Veio a crise e em outubro as estimativas mais realistas eram de que o ano fecharia com retração de 8%. “Existe uma oferta abundante na mão dos fornecedores, em torno de seis ou sete milhões de toneladas, que não es- tão sendo absorvidas pelo mercado.”

Os produtores de fertilizantes en- tregaram 2,31 milhões de toneladas em outubro de 2008, o que representou 35% menos que no mesmo mês de 2007. Ape- sar da evidente retração, Eduardo Daher, diretor-executivo da Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda), destaca que as vendas caíram apenas 2% nos dez

primeiros meses de 2008, frente a 2007. Ele avalia o impacto dessa queda entre os insumos básicos da indústria de fertili- zantes: nitrogênio, fósforo e potássio.

O nitrogênio sofreu “a primeira e mais rápida retração de preços”, influenciada pela queda do valor internacional do pe- tróleo e do gás natural da Bolívia, além da entrada dos países árabes no mercado de fertilizantes, que se fará sentir mais fortemente em 2009 e 2010. “Eles quei- mavam os gases naturais nas torres de petróleo e agora descobriram que é me- lhor produzir uréia e exportar. Não obri- gatoriamente será para o Brasil, mas se abastecerem China e Índia sobrarão pro- duto mais barato para nos vender. Com o pré-sal em 2013, os valores vão refluir mais ainda em 2014”, prevê Daher.

De todo o fósforo que a indústria bra- sileira de fertilizantes demanda 50% vêm de fora. Há investimentos em curso para aumentar a produção nacional, podendo o país atingir, em médio prazo, a boa proporção de 70% de produção própria e 30% de importação. Quanto ao potássio, cujo suprimento também foi afetado pe- las oscilações do mercado internacional, é o insumo mais problemático para o país já que produzimos apenas 8% da nossa demanda interna.

São necessários cerca de US\$ 1,5 bilhão para desenvolver a produção de fosfato no país e US\$ 3 bilhões para o potássio, segundo Daher. “O Brasil está se esforçando e deve continuar procu- rando alternativas para reduzir sua de- pendência, mas não será antes de 2012 ou 2013”, garante. O Brasil é o quarto maior produtor mundial de fertilizantes, com 6% do mercado. O número um é a China, que supera os 30%, seguida da Índia com 17% e Estados Unidos com 15%. Na opinião de Daher, ao contrário do que divulga o Ministério da Agricul- tura, o Brasil não conseguirá atingir a auto-suficiência por não possuir a maté- ria-prima necessária. Somente Rússia e Marrocos, em sua avaliação, teriam con- dições de almejar essa condição.

De qualquer forma, crises ensejam mudanças e dependendo da estratégia adotada o país pode ganhar com isso. Para Narciso Barison Neto, vice-presidente da Associação Brasileira de Sementes (Abra-sem), o Brasil deve aproveitar o momento atual para impulsionar a produção interna de insumos para a produção agrícola. “Devemos pensar na possibilidade de produção doméstica de fertilizantes, que está nas mãos das multinacionais. Como nossas reservas encontram-se bloqueadas, acabamos importando. A crise pode gerar oportunidades para corrigir a nossa dependência do mercado externo.”

Mas há também obstáculos internos ao desenvolvimento da produção nacional de fertilizantes. O diretor-executivo da Anda aponta como exemplo a tributação, em especial o ICMS. Ele sugere que fertilizantes e outros produtos sejam tratados sob a perspectiva da segurança alimentar. “Trago fosfato do Marrocos para Mato Grosso sem impostos, mas se comprar de Uberaba tenho ICMS interestadual. Insumos básicos deveriam estar isentos de tributação porque produzimos, com orgulho, alimentos e saldo para a balança comercial”, argumenta.

“Trago fosfato do Marrocos para Mato Grosso sem impostos, mas se comprar de Uberaba tenho ICMS interestadual. Insumos básicos deveriam estar isentos de tributação porque produzimos, com orgulho, alimentos e saldo para a balança comercial”

Eduardo Daher

Os produtores de calcário agrícola, insumo importante para aumentar a eficácia do fertilizante, vêm enfrentando dificuldades de comercialização desde muito antes



da eclosão da crise, em parte devido ao uso incorreto do produto pelos agricultores. De acordo com Oscar Raabe, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (Abracal), há um estudo do governo federal mostrando que de 30% a 35% do adubo usado no Brasil é desperdiçado porque o calcário é aplicado em quantidade inferior à recomendada. Resultado: não cumpre sua função de corrigir o solo e potencializar o efeito do fertilizante.

“Se tomarmos o custo de R\$ 2 mil a tonelada do adubo e multiplicarmos por 24 milhões de toneladas, que era a produção prevista pela Anda para 2008, dá uma quantia enorme. E jogar fora 30% desse valor é um absurdo”, afirma o presidente da Abracal. Em outubro de 2008 representantes da entidade se reuniram com o ministro da Agricultura Reinhold Stefanes para expor o problema, munidos de uma pesquisa com agricultores do estado de São Paulo mostrando que 53% deles desconhecem a importância do uso do calcário para aumentar a produtividade da lavoura. O ministro prometeu promover a partir de 2009 uma campanha para disseminar informações sobre o uso do produto.

Segundo dados da Abracal, as 341 fábricas produzindo calcário agrícola no Brasil têm capacidade instalada suficiente para dar conta de um aumento substancial da produção de grãos. O presidente da entidade está convencido de que, se os produtores apostarem na correção do solo, a produção atual de 140 milhões de toneladas pode saltar para cerca de 175 milhões de toneladas em um ano. Sua expectativa para este ano é que as dificuldades geradas pelo atual cenário contribuam indiretamente para alavancar os negócios no setor. “Temos certeza de que deveremos atingir um índice maior de entregas de calcário para correção do solo em 2009, devido exatamente à crise”, afirma Raabe.

Preço dos defensivos em queda

Segundo Traldi, os fabricantes de defensivos agrícolas passam por situação semelhante a do setor de fertilizantes: excesso de estoque acumulado e parte das matérias-primas com preços em queda no mercado internacional. Mas o impacto sobre os preços finais é menor, pois o custo dos defensivos nos últimos anos não subiu tanto quanto o do adubo.

Uma exceção parece ser o glifosato – herbicida usado em produtos geneticamente modificados, principalmente a soja – cujo preço, segundo a Conab, subiu de R\$ 10 o litro em 2006 para R\$ 19 em 2008 em função do aumento da demanda, mas nos últimos meses sofreu queda significativa.

A indústria de defensivos agrícolas enfrenta, além da preocupação com a crise econômica, antigos entraves ainda não solucionados. Um deles é a forma de a Anvisa conduzir as análises dos produtos para efeito de registro. Na avaliação de Guedes, a agência é burocrática e não acompanha de perto a realidade da indústria. Omite-se no seu papel de harmonizar a visão do empresário, do consumidor e de toda a cadeia produtiva na tomada de decisão, e age, ao contrário, como se não tivesse responsabilidade direta, provocando às vezes insegurança no consumidor. Isto se repetiu recentemente, segundo o vice-presidente da ABIFINA, num incidente em que a Anvisa veio a público “alertar” a população sobre o perigo de determinada substância para a saúde, “numa visão distorcida dos seus efeitos reais.”

Guedes compara o problema ocorrido a uma situação comum na vida cotidiana: “Atravessar uma via expressa pela pista é suicídio, mas se fizermos isto andando por cima de uma passarela nosso risco é zero”. No caso dos produtos químicos para agricultura, da mesma forma, se forem respeitados os procedimentos adequados de manuseio bem como a dosagem indicada, também não há risco nem para o agricultor nem para o consumidor. “Todo produto que entregamos ao governo para análise e ao mercado para consumo está de acordo com o limite máximo de resíduo, respeitando critérios da própria Anvisa.”

Guedes relata que a empresa Servatis enfrentou enorme dificuldade para conseguir o registro de um produto pela Anvisa, o que gerou até risco de falência e demissão de 600 trabalhadores. Em contraste com a situação brasileira, ele comenta um caso recente nos Estados Unidos no qual uma indústria

de couro contaminou um rio. A empresa foi obrigada a suspender as atividades. Porém, depois de mostrar à Justiça que sem operar iria à falência, obteve a renovação de sua licença sob a condição de, em cinco anos, desenvolver um substituto para o produto e aplicar medidas mitigadoras dos danos provocados pelo acidente.

A dificuldade de acesso ao crédito pelos agricultores, que vem se acentuando desde o início da crise, é na visão da indústria uma das principais ameaças ao desempenho dos negócios no setor de defensivos. Luiz Guedes lembra que o Banco do Brasil representa atualmente apenas 25% do financiamento agrícola, enquanto 75% são providos pelas *tradings*, fornecedoras de produtos agroquímicos ou com recursos próprios dos produtores. Com recursos restritos, os produtores tendem a reduzir o investimento nos insumos e em muitos casos a conta fica para o fabricante, segundo

Luís Traldi. Ele comenta que a Milenia, embora exporte mais do que a média da indústria nacional de defensivos, acaba sofrendo as conseqüências da crise

“O que conseguimos exportar e converter para real se reverte em mais receita e contribui para o funcionamento de nossa estrutura aqui no país.”

Luís Traldi

como qualquer outra empresa, já que o mercado externo também se retraiu. Mas Traldi faz questão de mostrar otimismo e afirma: “O que conseguimos exportar e converter para real se reverte em mais receita e contribui para o funcionamento de nossa estrutura aqui no país.”





A política agrícola e a produção de agroquímicos

por Noemy Padilha M. David • analista de Comércio Exterior da ABIFINA

Em tempos de crise econômica que abalou o agronegócio no mundo inteiro, a formulação de uma política agrícola pelo governo, apoiada pelos segmentos envolvidos, é fundamental para garantir o crescimento de um dos setores mais importantes para a balança comercial brasileira e no qual o país vem demonstrando há anos sua liderança.

As expectativas de preços das *commodities*, que nos últimos anos apresentavam-se positivas, hoje não oferecem a mesma tranquilidade ao agricultor brasileiro que está totalmente dependente do custo de produção, mais precisamente do custo de fertilizantes, óleo diesel e defensivos agrícolas. Embora exista uma tendência real de queda de preços desses insumos, o Brasil está com estoque alto de fertilizantes e defensivos comprados no primeiro semestre de 2008 a preços elevados em relação aos preços atuais do mercado internacional. Esta situação, ainda que parcialmente compensada pela subida do dólar, deverá afetar a rentabilidade agrícola na safra colhida em 2009. Espera-se para a safra plantada em 2009 e colhida em 2010 que os preços das *commodities* já tenham retornado a patamares que reflitam a situação específica de cada uma, ajustados aos fundamentos de cada cultura.

No momento atual de lucratividade em baixa é a falta de crédito para o custeio da lavoura o maior problema do agricultor. O dinheiro para garantir preço mínimo e custear a lavoura, entre preparo, plantio, acompanhamento, colheita e armazenamento, desapareceu do mercado. As *trading*s – empresas que vendem para o mercado internacional – e as indústrias de insumos têm sido as reais financiadoras dos agricul-

tores brasileiros que estão fora do sistema oficial, e que representam a maioria. Todavia, tanto as *trading*s como os fabricantes de insumos passam por dificuldades em conseguir capital de giro. Assim, os agricultores que não estão obtendo crédito ou não estão gerando receitas suficientes para pagar seus custos estão progressivamente vendendo ou arrendando suas terras. Isto significa que cada vez menos agricultores produzem a safra agrícola que se concentra, cada vez mais, em áreas maiores.

Além do problema de crédito, o peso financeiro da logística representa outro gargalo da produção agrícola brasileira, tanto pelo elevado custo do frete do produto até o porto, como pela precária situação dos próprios portos. Este problema crônico foi agravado pela destruição, devida às chuvas excessivas no final de 2008, do porto de Itajaí em Santa Catarina, o mais importante para exportação de aves e suínos, o que sobrecarregou outros portos que já não apresentavam condições para seu escoamento normal.

O processo de solução dos problemas de infra-estrutura e logística deveria ter se dado no momento favorável em que o preço das *commodities* estava em alta, o que teria agora reduzido o impacto negativo decorrente da crise e permitido, a muitos, condições de sobrevivência por mais tempo.

Uma política agrícola que vise o equilíbrio logístico, tributário e de crédito é, portanto, indispensável para permitir que o agronegócio atinja todo o potencial que o Brasil detém como único no mundo a colher duas safras anuais e também único com condições de produzir alimento sem derrubar uma árvore adicional sequer.

Segundo o artigo Política Agrícola é Decisiva para o Mercado Produtivo, publicado na edição de dezembro de 2008 da revista Terra Brasil do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre as metas do Plano Agrícola e Pecuário do governo para a safra 2008/2009 encontram-se a ampliação da produção agrícola, redução do impacto do aumento do custo para o produtor, garantia do abastecimento interno e aumento da participação no mercado externo.

Para tanto, contribuiriam o seguro rural que proporciona cobertura para todos os eventos climáticos ou incêndios e contou com investimentos de R\$ 160 milhões para 2008, o fundo de catástrofe (projeto de lei complementar que se encontra no Congresso Nacional) e a reestruturação da dívida rural. A medida provisória 432 que reestrutura as dívidas rurais foi publicada em maio de 2008 visando regularizar a situação dos agricultores que tinham dívidas acumuladas desde a década de 80. A expectativa do governo, segundo o mesmo artigo, é que a recomposição da renda agrícola ajude o Brasil a se consolidar como um dos principais exportadores do mundo, além de consolidar a economia do país. A norma dá tratamento a R\$ 75 bilhões, o que representaria cobertura de 2,8 milhões de contratos.

Não obstante as medidas do governo, com a deflagração da crise financeira faltaram recursos ao agronegócio, principal alavancador da situação econômica brasileira, para financiar sua produção. O setor é dependente de crédito para realizar o plantio e formar capital de giro até a venda da safra. Os recursos disponibilizados pelo governo não chegaram até os agricultores que mais ne-

cessitam ou com maiores condições de crescer porque esses não têm acesso ao sistema oficial de crédito, via Banco do Brasil. Como agravante, o momento em que o governo libera recursos não está sintonizado com o tempo das necessidades da cadeia agrícola.

No mundo inteiro são os bancos que financiam a agricultura, enquanto no Brasil o sistema financeiro não assume o risco do crédito rural. Como o Banco do Brasil responde por apenas 25% do financiamento agrícola, cabe ao agricultor com seus recursos próprios, bem como às *tradings* e às indústrias de fertilizantes e defensivos agrícolas financiar 75% do crédito ao agricultor. As *tradings*, entretanto, ficaram descapitalizadas e deixaram de financiar os agricultores na medida em que passaram a remeter mais recursos às suas matrizes no exterior em função das dificuldades surgidas desde o segundo semestre de 2008.

O crédito hoje disponível para a maioria que não tem acesso ao Banco do Brasil e se encontra pagando dívidas antigas e fazendo renegociações está, assim, dependente das empresas privadas fabricantes de insumos agrícolas, que também atravessam um momento de dificuldade em obter capital de giro. Em decorrência, verificou-se, na safra colhida no final de 2008, uma retração na área plantada, mais precisamente nas culturas de condução mais onerosa, como o algodão e o milho, nas quais o impacto da crise foi maior.

Dentre os fabricantes de insumos agrícolas, tanto a indústria de fertilizantes como a de defensivos agrícolas vêem o preço de suas matérias-primas cair mundialmente, reduzindo, assim, seu custo de reposição. As duas indústrias vivem no momento uma crise similar em proporções diferentes em razão da cadeia produtiva mais longa dos defensivos: ambas têm estoque de produtos adquiridos quando os preços estavam no auge, o que deve causar impacto negativo à rentabilidade das mesmas ao longo dos primeiros seis meses de 2009. As consequências deverão refletir também no crédito ao agricultor.

No que concerne à produção de defensivos agrícolas o governo não tem nenhum plano de incentivo para ampliar a fabricação local, ainda que se trate de uma indús-

tria altamente dependente de importações, tanto de matérias-primas como de princípios ativos.

A despeito das dificuldades agravadas pela crise, a indústria brasileira de defensivos agrícolas tem ainda que enfrentar as restrições desprovidas de fundamentos técnicos impostas pela Anvisa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde. Trata-se de uma entidade com louvável desempenho no setor de fármacos e medicamentos, no qual cumpre com eficiência sua função de proteger e promover a saúde pública. Para o agronegócio, entretanto, ao invés de cooperar com a cadeia produtiva na busca de soluções comuns, atua junto às empresas, e em especial à indústria agroquímica, na posição de adversária, revelando um desconhecimento tácito de que a indústria é a grande geradora de riquezas e o empresário não é o vilão, alvo de desconfiança pré-concebida, que leva a agência de saúde pública a agir como entidade punidora, cuja tônica, segundo seus próprios dirigentes, é dizer não.

Hoje o problema central da indústria de defensivos é o registro de seus produtos. Com base em sua resolução nº 10, de fevereiro de 2008, que determina a reavaliação dos aspectos toxicológicos de diversos ingredientes ativos, a Anvisa tenta banir do mercado produtos utilizados há mais de trinta anos, baseada tão somente na percepção do grau toxicológico do agroquímico, quando em diversos países desenvolvidos esse parâmetro é associado à exposição, o que determina de fato o risco a que estão sujeitas as pessoas e o ambiente expostos ao produto.

Em nova resolução, de novembro de 2008, a Anvisa suspendeu de forma intempestiva os procedimentos que visavam à concessão de informe de avaliação toxicológica e registro de agroquímicos em reavaliação, com danos relevantes para a indústria e para os agricultores.

Outra prática condenável, derivada de comentários da área técnica da Anvisa, diz respeito à divulgação inconseqüente pela imprensa de que alimentos provenientes de plantações em que são utilizados agroquímicos são perigosos por conter “veneno”, orientando a sociedade para o consumo de produtos orgânicos apenas. Tendo em vista a

inexistência de qualquer tecnologia de produção agrícola em alta escala que independa do uso de defensivos no combate às pragas e doenças, e que nenhum país consegue abastecer seu mercado consumidor somente usando os chamados produtos orgânicos, trata-se, assim, da disseminação de um conceito ideológico que não deveria surgir em uma área que deve ser essencialmente técnica e bem ajustada aos superiores interesses nacionais, que são definidos nas políticas públicas aprovadas pelo governo federal.

Com relação à toxicidade faz-se necessária uma política de fiscalização responsável. Todo produto tem seu “limite máximo de resíduo” apurado em laboratório e o Ceasa de São Paulo, que representa cerca de 30 a 40% da produção nacional destinada ao consumo interno, faz a rastreabilidade dos produtos, verificando se os resíduos estão dentro dos limites. Caso o agricultor tenha aplicado inadequadamente o agroquímico, será punido e seu produto será descartado. Este é um exemplo de mecanismo de punição eficiente.

Caberia ao governo reconhecer a situação de exceção do país, onde as indústrias de insumos agrícolas são as maiores financiadoras das safras brasileiras, praticando o chamado prazo-safra, e viabilizar a sua condição de intermediárias no acesso ao crédito que, devido ao excesso de exigências, não é concedido a grande parte dos agricultores. No prazo-safra as indústrias fornecem os insumos aos agricultores que plantam, colhem, vendem e finalmente pagam às indústrias, quando no mundo inteiro o agricultor, financiado pelo sistema bancário, paga ao fornecedor de insumos no prazo de trinta dias.

Com a crise se acentuando, o crescimento do consumo de alimentos no mundo pode se dar em um ritmo menor, porém o consumo continuará crescendo e alavancando o plantio em países produtores. E o Brasil é um grande produtor agrícola, bastante eficiente e com baixos custos de produção. Se equacionar, com competência e rapidez, uma política de crédito rural apoiada pelos segmentos do agronegócio e calcada em logística e seguro agrícola adequado e se esse crédito fluir como apregoado pelo governo, o país terá condições de atravessar bem a atual crise financeira internacional.

ABIFINA comenta a notícia

Brasil e Índia denunciam apreensão de genéricos na Holanda

O Globo Online,
30/01/2009



Retaliação

Os governos brasileiro e indiano denunciaram durante o Fórum Econômico Mundial a manobra que culminou com a apreensão pela alfândega holandesa de um carregamento de medicamentos genéricos importado da Índia por empresa brasileira que se encontrava em trânsito no porto de Roterdã. Foi o primeiro incidente no âmbito do Secure, um sistema engendrado pela Organização Mundial de Aduanas (OMA) sob a chancela dos países de primeiro mundo que, em flagrante desrespeito aos princípios de Trips, confere poder de polícia às aduanas em casos de “suspeita” de infração à propriedade intelectual. Por esse sistema, a mera denúncia à autoridade alfandegária de que uma determinada mercadoria estaria violando direitos de propriedade intelectual tem o poder de sustar o trâmite da mercadoria na aduana, ficando o importador ou exportador com a responsabilidade de provar judicialmente a falsidade da acusação recebida. Trata-se, sem dúvida, de uma retaliação à iniciativa de países em desenvolvimento, entre eles o Brasil, de lançar mão do mecanismo da licença compulsória previsto em Trips para garantir o abastecimento de medicamentos essenciais aos seus programas de saúde pública.

Brasil barra acordo contra comercialização de genéricos

DCI,
23/01/2009



Resistindo ao cerco

Em paralelo ao episódio da apreensão dos medicamentos genéricos na Holanda, a União Européia tentou fechar o cerco sobre os exportadores de países emergentes propondo na Organização Mundial de Saúde um “acordo” que universalizaria sua política de subordinar o direito de comercialização de genéricos à autorização das empresas detentoras de patente sobre os referidos medicamentos. A estratégia da UE consiste em de-

sacreditar o medicamento genérico associando-o à falsificação e à pirataria, tanto que foi apelidada no continente de “Força Tarefa Internacional contra Produtos Médicos Falsificados”. Com o apoio da América Latina, Caribe, Bangladesh e Índia, o Brasil conseguiu impedir a análise desse acordo pela OMS. Nota conjunta divulgada pelos ministérios das Relações Exteriores e Saúde do Brasil adverte que a ação no porto de Roterdã “põe em dúvida o compromisso dos países europeus com o acesso das populações de países em desenvolvimento aos medicamentos” e reitera a disposição do governo brasileiro de levar o assunto à Organização Mundial do Comércio.

Genéricos vão entrar em mercado de R\$ 750 mi

Valor Econômico,
29/01/2009



Ponto final

A associação Pró-Genéricos divulgou que nos próximos três anos irão vencer as patentes de 17 medicamentos entre os mais vendidos no país, que respondem por um faturamento anual da ordem de R\$ 750 milhões. Isto significa perspectivas promissoras para a indústria nacional de medicamentos genéricos, desde que o governo brasileiro mantenha firme sua diretriz de não mais ceder às pressões ilegítimas dos laboratórios multinacionais no sentido de prolongar o período de proteção de patentes. Os vinte anos estabelecidos atualmente foram definidos em árduas disputas no contexto de Trips e já representam uma ampliação sobre os prazos que vigoravam antes. É hora de pôr um ponto final na ambição ilimitada dos laboratórios farmacêuticos multinacionais, e para isto contamos com as soberanas e competentes decisões judiciais que têm sido tomadas no âmbito do TRF da 2ª Região.

Efavirenz passa a ser feito no país

O Estado de S. Paulo,
27/01/2009



Está dominado!

O anúncio oficial do registro pela Anvisa da versão genérica do Efavirenz nacional, e mais recentemente o efetivo início da produção nacional com a entrega dos primeiros lotes fabricados por Farmanguinhos

ao Ministério da Saúde, coroa o êxito de uma das iniciativas mais corajosas do governo brasileiro nos últimos anos na área da saúde: a adoção da licença compulsória em benefício dos doentes de Aids. O Efavirenz nacional resultou de um grande esforço realizado em parceria público-privada sob a liderança de Farmanguinhos com as empresas nacionais Nortec, Globe e Cristalia. A patente que foi compulsoriamente licenciada, como costuma ocorrer na área química, não contém em seu relatório descritivo todos os elementos que permitam a terceiros repetir o invento, como deveria ocorrer em contrapartida ao privilégio do monopólio. A indústria nacional teve que buscar “o pulo do gato”, repetir experimentos em escala de bancada e piloto – enfim, desenvolver o processo e o princípio ativo praticamente desde o começo em cerca de um ano. Menos de dois anos após decretada a licença compulsória, o Brasil assume a posição de fabricante desse antirretroviral de última geração com capacidade para o pleno atendimento ao mercado nacional e, sem nenhuma dúvida, também com potencial para exportar em futuro próximo, numa pujante demonstração da competência técnica e da capacidade produtiva nacional, quando exercida com a vontade política dos dirigentes do país.

Fabricação de medicamentos no exterior preocupa os EUA

UOL,
26/01/2009



Quem diria?

A notícia de que a indústria farmacêutica dos EUA depende de insu- mos chineses para garantir o atendimento à população tem alarma- do organizações sociais, que agora pedem leis obrigando à produ- ção nacional nessa área. Incitados por declarações de especialistas do setor de que “há um plano do governo da China para se tornar líder da indústria farmacêutica mundial”, bem como pela índole belicista típica de muitos norte-americanos, legisladores vislumbram no problema da dependência dos fármacos chineses até mesmo o risco de bioterrorismo. A atual liderança chinesa resulta efetiva- mente de uma política de governo, que envolveu incentivos finan- ceiros, política de propriedade intelectual e regulação favoráveis, entre outros estímulos. Enquanto isto ocorria, o Brasil, que até a década de 80 estava à frente daquele país no setor farmoquímico, desmontou sua indústria com uma política de abertura comercial abrupta e irresponsável. A ABIFINA em nenhum momento deixou de alertar para o perigo de o país abrir mão do controle de setores estratégicos, entre eles a saúde. Infelizmente, nossa voz foi abafa- da pela catilinária neoliberal contra a regulação e o planejamento estatal. Mas, nada como um dia após o outro. Agora são os líderes desse sistema de mercado completamente livre, sem regulações ou amarras do Estado – porque “se autocontrolaria” automaticamente – que clamam por regras de proteção ao seu mercado interno.

A crise e o vencimento de patentes força as farmacêuticas a revisar estratégias de pesquisa

UOL,
22/01/2009



Sem invenção, sem patente

A crise global está provocando retração de faturamento e demis- sões entre os grandes laboratórios farmacêuticos, que aproveitam a situação para queixar-se da extinção de suas patentes e anunciar metas de pesquisa mais modestas. É compreensível que num cená- rio cada vez mais difícil em termos de perspectivas de invenção – a cada ano surgem no mundo apenas duas ou três moléculas novas com aplicação terapêutica comprovada - a inovação incremental deva ser priorizada em detrimento da pesquisa de ponta, desde que não haja uso abusivo do sistema de patentes. Simples descober- tas, como uso de formas polimórficas conhecidas na natureza ou segundo uso de moléculas patenteadas, não constituem novidade inventiva e portanto não fazem jus a patentes. Esta é a posição do governo brasileiro, expressa em resolução adotada por unanimida- de pelo Grupo Interministerial da Propriedade Intelectual (GIPI).

Química: déficit atinge US\$ 23,2 bilhões em 2008

JB Online,
15/01/2009



A hora da virada

Este é o resultado da política desastrosa que permitiu aos labo- ratórios públicos importar de forma desmesurada, e muitas vezes desnecessária, medicamentos e princípios ativos para a área da saúde provenientes dos países asiáticos. Produtos obtidos a baixos preços de face, é verdade, mas com baixa qualidade e que, dado o nível de impurezas (de 30 a 50% de cada lote comercializado), quase sempre demandavam reprocessamento industrial oneroso para o governo. Em 16 de dezembro último, o ministro da Saúde adotou uma medida fundamental para reverter esse quadro: do- ravante as compras públicas obrigatoriamente darão preferência à produção local, o que poderá reduzir entre 30 e 40%, em curto prazo, o déficit comercial do setor químico na área da saúde.

Bio-Manguinhos solidário

Bio-Manguinhos integra a mobilização institucional, coordenada pela Asfoc/Fiocruz, que auxilia as vítimas das fortes chuvas no país. Os colaboradores poderão depositar roupas e roupas de cama em caixas localizadas nos pavilhões Rocha Lima e Rockefeller. Todo o material arrecadado para Santa Catarina e Norte Fluminense será encaminhado pela Asfoc para a Defesa Civil.

Cristália prepara entrada no setor de biotecnologia

O laboratório Cristália está próximo de iniciar a construção de uma fábrica para a produção de dois medicamentos similares que poderão ser sua estréia no segmento de biotecnologia.

Com recursos próprios, o laboratório nacional já aplicou R\$ 20 milhões no projeto e pretende investir outros R\$ 25 milhões para conseguir produzir até 2012 o hormônio de crescimento humano e o interferon, usado no tratamento de doenças virais. A planta de biotecnologia terá 1,2 mil m².

Cristália é exemplo de inovação aberta

O laboratório Cristália foi destaque em matéria da revista Época que abordou o processo de inovação tecnológico em diversos segmentos. Segundo a revista no laboratório farmacêutico Cristália, um comitê criado há quatro anos e formado por 14 cientistas (nove de fora da empresa) supervisiona 26 projetos, sete vezes mais do que antes. Desse total, 14 partiram de colaboradores externos. Há um analgésico desenvolvido com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que pretende ser tão eficiente quanto a morfina, mas sem causar dependência. Outro projeto em andamento, em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, busca uma forma

de evitar a degeneração de neurônios pelo mal de Alzheimer. Ao todo, 22 centros de pesquisa de dez estados trabalham com os 60 pesquisadores da farmoquímica. “Esse trabalho é uma via de mão dupla: com essas experiências, a universidade torna-se mais indústria e a indústria torna-se mais universidade”, afirma Roberto Debom, diretor de pesquisa, desenvolvimento e inovação do Cristália. “Isso acaba aquela visão antiquada de que não dá para os dois lados trabalharem juntos”.

Farmanguinhos adota Nota Fiscal Eletrônica

Atendendo às exigências do Ministério da Fazenda e da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ), Farmanguinhos implantou, em 1º de dezembro de 2008, o sistema de Nota Fiscal Eletrônica (NFE). O documento digital será assinado, emitido e armazenado eletronicamente para operações de circulação de mercadorias e prestações de serviços, substituindo as notas fiscais emitidas em papel.

A partir de agora, toda e qualquer nota fiscal eletrônica, emitida por Farmanguinhos, será considerada válida e legítima após autorização das Secretarias da Fazenda dos Estados. Para acompanhar o trânsito de mercadorias, será impresso um documento auxiliar da NFE (DANFE), em papel comum e via única, que serve de referência legal à NFE emitida para a Secretaria da Fazenda.

Hebron no mercado internacional

A Hebron iniciou seu processo de exportação em 2004 levando seus produtos ao Peru e Equador. A filial do Peru hoje possui três produtos registrados em seu nome em oito apresentações. A empresa também está em negociação com o mercado colombiano. Já foi definido um laboratório local como parceiro comercial, estudados os produtos com as melhores

oportunidades, fechado um contrato e está na fase de registro da planta e dos medicamentos.

Nos EUA, a Hebron conta com a consultoria de uma equipe americana que está reestudando as embalagens de alguns de seus produtos e preparando seus dossiês para, assim, registrá-los.

No mês de outubro, a Hebron fechou acordo com um distribuidor mexicano para a distribuição do Prostokos®.

Avança a modernização do Vital Brazil

O Instituto Vital Brazil (IVB) comprou uma nova máquina de envase para ampolas dos soros hiperimunes que produz (além do antitetânico e antirrábico, antiofídico, antiescorpiônico e antiaracnídeo). O novo equipamento incorpora moderna tecnologia de ampola fechada e terá capacidade de envase de 12 mil ampolas por hora, ampliando em mais de seis vezes a capacidade atual, com menor consumo de energia e água e eliminação de riscos eventuais de contaminações.

Vital Brazil compra fazenda em Cachoeiras

O Instituto Vital Brazil (IVB) acaba de adquirir uma fazenda de cerca de 17 alqueires no município de Cachoeiras de Macacu, a aproximadamente 76 km de sua sede, em Niterói. A compra da propriedade era esperada há mais de 20 anos e significará, além de uma boa economia, um grande investimento que faz parte do processo de modernização do Vital Brazil, projetado pela atual diretoria do instituto.

Comissão da Assembléia Legislativa na Servatis

A Servatis recebeu, em janeiro, a Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado, presidida pelo deputado estadual André do PV, para uma visita a unidade fabril e a verificação dos

processos de segurança e gestão de riscos ambientais.

O presidente da Servatis, Ulrich Meier, fez uma breve exposição da empresa, apresentou todas as licenças ambientais e respondeu a todas as perguntas da comissão e também dos jornalistas que acompanharam a visita.

Nufarm aprimora entrega de seus produtos

A Nufarm Indústria Química e Farmacêutica vem contando com a Golden Cargo para agilizar e aprimorar a logística de entrega de seus produtos. Atualmente, a Golden Cargo armazena produtos da multinacional em seus centros de distribuição em Cuiabá (MT) e Barueri (SP), e também faz o transporte desses produtos para todo o Brasil.

A empresa avaliou vários quesitos antes de optar pelo fornecedor e o fato de ser especializada no segmento químico foi um dos motivos da escolha da Golden Cargo.

Ouro Fino recebe Selo de Empresa Inovadora

A Ouro Fino Agronegócio recebeu o Selo Anpei de Empresa Inovadora, concedido pela Associação Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento e Engenharia das Empresas Inovadoras (Anpei) a companhias que investem em pesquisas para o desenvolvimento de produtos inovadores.

A Ouro Fino Agronegócio aposta na integração com os principais centros de pesquisas e universidades do país para conquistar competitividade e dinamismo no mercado.

Ouro Fino investe R\$ 5 mi

A Ouro Fino Agronegócio deu início em setembro de 2008 à fabricação de hormônios para reprodução animal na nova unidade industrial localizada em Cravinhos (SP). O investimento na fábrica foi de R\$ 5 milhões, e essa será a primeira

unidade do Brasil nos moldes em que foi projetada, levando-se em consideração a capacidade e a diversidade de produção, além da tecnologia implantada.

Na área de hormônios, a empresa já comercializa o Sincrocio. Os outros dois lançamentos são o Sincrogest e o Sincroforte.

Milenia antecipa uso de Nota Fiscal Eletrônica

A Milenia Agrociências S.A. antecipou em nove meses a implementação da nota fiscal eletrônica (NF-e). A empresa está adaptada às novas regras da Receita Federal desde o primeiro dia útil do ano. O projeto de adequação do sistema mobilizou diversas áreas da empresa, treinou mais de 60 pessoas e contou com uma consultoria externa. O investimento com a operação foi de US\$ 300 mil. O setor de agroquímicos tem prazo até setembro para se adequar à obrigatoriedade.

Segundo Clésio Silva, *controller* da Milenia, "com o procedimento eletrônico, haverá economia na emissão e armazenamento de documentos em papel". O custo de conformidade à tributação corresponde a 5% do faturamento anual das companhias em geral. O executivo também salienta as vantagens do armazenamento digital das informações, da segurança desses dados e da agilidade no processo de importação.

EMS investe em cultura

A indústria farmacêutica EMS iniciou 2009 apoiando o pré-carnaval de Aracaju, o Pré-Caju, que aconteceu em janeiro. A festa reúne aproximadamente 300 mil pessoas por noite.

Outra escolha da empresa foi apoiar o show "Festa para um Rei Negro", de Jair Rodrigues. O evento celebra os 70 anos de vida e 50 de carreira do cantor.

Segundo a diretora de Relações Externas da EMS, Telma Salles "faz parte da atuação da empresa ser uma entidade que participa da sociedade, apoiando suas expressões artísticas."

Projeto Efavirenz: sucesso nacional

Alex Mansour/Fiocruz



A ABIFINA, representada por seu 1º vice-presidente, Nelson Brasil, acompanhado por conselheiros e empresários vinculados à entidade, com destaque para as empresas que constituíram a parceria com Farmanguinhos – Nortec, Globe e Cristália – participou da homenagem que Farmanguinhos fez a Herbert de Souza, o Betinho, que foi escolhido como patrono da produção de antirretroviral pelo Instituto.

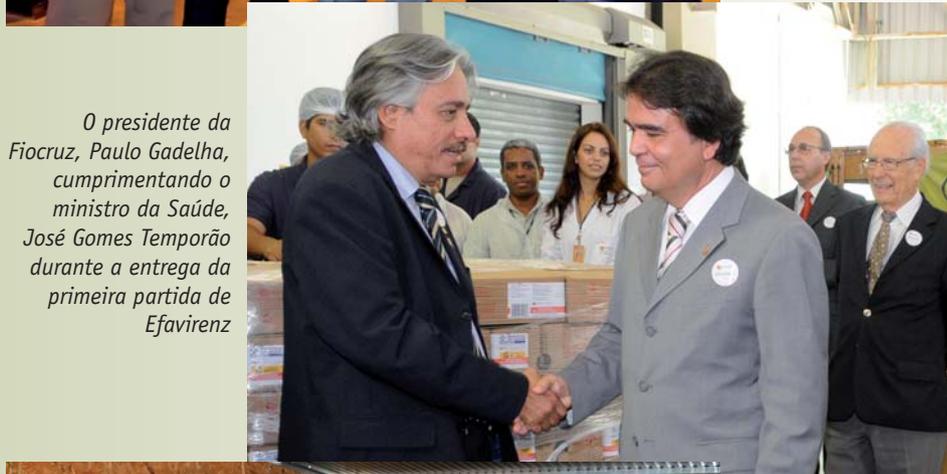
Durante a cerimônia, o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, fez a entrega ao ministro da Saúde, José Gomes Temporão, da primeira partida de Efavirenz produzida integralmente no Brasil. Esse projeto foi um parceria de empresas nacionais, que sintetizaram o princípio ativo em suas instalações industriais, com Farmanguinhos, que formulou o medicamento em seu laboratório. O ato simbólico registrou a conclusão da fabricação do primeiro lote desse medicamento que o país começou a produzir a partir do licenciamento compulsório de sua patente industrial. Esta era detida por empresa norte-americana e foi objeto de Decreto Presidencial proposto pelo ministro em 2007. A encomenda inicial do Ministério da Saúde prevê o repasse de 2,1 milhões de comprimidos. Ao todo, serão 15 milhões adquiridos por ano.

O evento serviu para reafirmar a competência nacional e a capacidade empresarial brasileira. Tal sucesso demonstrou o equívoco de aves agourentas que previam publicamente o fracasso desse medida governamental que sinalizou, também, uma efetiva prática de soberania do país no conjunto das nações.



Ogari Pacheco, da Cristália, Jean Peter, da Globe, Eduardo Costa, de Farmanguinhos, Nicolau Lages, da Nortec, e Nelson Brasil, da ABIFINA: parceiros no projeto Efavirenz

Peter Illiciev/Fiocruz



O presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, cumprimentando o ministro da Saúde, José Gomes Temporão durante a entrega da primeira partida de Efavirenz



Detalhe da entrega da primeira partida de Efavirenz ao Ministério da Saúde. Até o final de 2009, a Fiocruz enviará ao Ministério da Saúde um total de 15 milhões de unidades

ABIFINA na posse de Paulo Gadelha

A ABIFINA, representada por seus dirigentes e associados, participa da posse do novo presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha. A solenidade ocorreu no dia 15 de janeiro, no Castelo Manguinhos. Também estiveram presentes diversas autoridades públicas federais, estaduais e municipais, bem como representantes do setor privado. O novo presidente, Paulo Gadelha, foi empossado pelo ministro da Saúde José Gomes Temporão.



Registro de IFAs

O Comitê Farmoquímico da ABIFINA reuniu-se em 15 de janeiro, na sede da entidade, para abrigar um novo encontro do Grupo-Tarefa criado pela Anvisa em 2008, coordenado por Farmanguinhos e articulado pela ABIFINA. O objetivo desse novo encontro do grupo foi conhecer uma consolidação preliminar das sugestões recebidas pela agência tratando do registro de IFAs. Norberto Rech, diretor-adjunto da Presidência da Anvisa, participou do encontro que visou dar prosseguimento ao transparente processo de audiência ao setor privado. Novo encontro foi realizado na sede da Alanac em 13 de fevereiro, desta feita reunindo toda a cadeia produtiva farmacêutica.

ABIFINA e Oxiteno na Anvisa

A gerente técnica da ABIFINA, Diva Arrepia, acompanhou o coordenador de Assuntos Corporativos da associada Oxiteno, Fábio Tesconi, em encontro ocorrido na Anvisa. O objetivo foi tratar de assuntos relacionados a questões regulatórias da empresa Oleoquímica, do Grupo Ultra.

Reunião Sindag

A ABIFINA, representada pela gerente técnica Diva Arrepia, participou de reunião realizada na sede do Sindag, que tratou da revisão da diretriz 91/414/CE da União Européia, que estabelece regras que visam o banimento de produtos agrotóxicos naquela região. A instrução normativa nº 25/2003 e Nova Linha Verde para produtos agrotóxicos também foram discutidas no encontro. O coordenador-geral de Agrotóxicos e Afins do Mapa, Luís Rangel, aproveitou a oportunidade para apresentar os resultados do CTA 2008 e a construção de agenda positiva para 2009. O encontro foi concluído colocando em pauta o Agrofit. Foram identificados alguns problemas no sistema e também foi discutida a prorrogação do prazo (31/01/09 para 31/03/09) para as empresas produtoras lançarem suas informações no sistema.

Conselho Administrativo da ABIFINA

O Conselho Administrativo da ABIFINA reuniu-se no início de fevereiro para avaliar o desempenho da entidade ao longo de 2008, bem como definir as atividades prioritárias a serem desenvolvidas ao longo de 2009, com destaque para examinar a prestação de contas de 2008 e o planejamento estratégico para 2009. Nesse contexto foi aprovado:

- Em Propriedade Intelectual e Registro Sanitário: manter a atual postura da ABIFINA em defesa dos interesses nacionais expressos em posições publicamente já assumidas pela entidade.

- Em Uso do Poder de Compra do Estado: priorizar a utilização desse sistema na forma da Portaria MS nº 3.031, de 16/12/2008, que dispõe sobre os critérios a serem considerados pelos laboratórios oficiais de produção de medicamentos em suas licitações para aquisição de matérias-primas, que já se constitui num desdobramento da Portaria Interministerial nº 128, a ser aplicada com recursos do Ministério da Saúde (SUS) por laboratórios que não sejam diretamente vinculados ao Ministério.



- Em apoio à Fabricação local: deve ser mantido o apoio da ABIFINA no sentido de encaminhar para o governo pleitos de seus associados visando à defesa do mercado interno e a promoção da fabricação local, sem considerar eventuais repercussões comerciais desses pleitos nas cadeias produtivas em que se inserem no país.

GT Industrial de Biotecnologia



No dia 23 de janeiro, no auditório do Siquirj, o GT Industrial do Fórum de Competitividade da Biotecnologia se reuniu para examinar uma série de aspectos relativos à regulação

governamental incidente sobre a área de biotecnologia. O primeiro documento examinado foi o decreto 5.053 de abril de 2004 que institui uma reserva de mercado para médicos veterinários como únicos profissionais habilitados para exercer a responsabilidade técnica na produção de produtos de origem biológica. Na instrução normativa DAS nº 4, de 19/02/2008, do Mapa, foram identificados vários problemas nos artigos 4, 21, 22 e 34. Foram ainda discutidas a resolução normativa nº 2, de 27/11/2006 da CTNBio, especialmente seus artigos 3, 6 e 8 e portaria nº 1172 de 15/06/2004 do Ministério da Saúde. O GT encaminhará as sugestões de mudanças ao Comitê Nacional de Biotecnologia. O vice-presidente Marcos Oliveira participou da reunião como membro permanente do Fórum e do GT, representando a Abifina.

Agroquímicos

O Comitê Agroquímico da ABIFINA se reuniu no dia 11 de fevereiro iniciando suas atividades em 2009. O encontro, realizado em São Paulo, discutiu o programa de metas a ser executado pelo Comitê este ano, que já está, inclusive, sendo posto em prática.

Propriedade intelectual em debate

A ABIFINA promoveu no dia 10 de fevereiro, em sua sede, a primeira reunião do Comitê de Propriedade Intelectual em 2009. O encontro reuniu técnicos das empresas associadas da entidade que debateram alguns pontos que estão na agenda internacional de propriedade industrial não só em foros coletivos como OMPI e OMC, mas também em diversos países e comunidades de países.

Especial atenção foi dada à discussão que a OMPI está promovendo sobre o que representam as patentes como meio de difusão e transferência de tecnologia para países em desenvolvimento. Buscou-se definir, também, o programa de trabalho do Comitê da ABIFINA para o ano de 2009.

Agenda Legislativa da Indústria 2009

A ABIFINA, como uma das entidades setoriais que participam da elaboração da Agenda Legislativa da Indústria, encaminhou sua contribuição para o documento referente ao ano de 2009. A Agenda registra o posicionamento do setor industrial em relação às principais proposições legislativas que afetam os interesses e a competitividade das empresas. Este ano a ABIFINA contou com a contribuição do professor Kurt Politzer, membro do Conselho Consultivo desta entidade.

LIBBS

50 anos
investindo em
saúde.
Compromisso
com uma história
de tecnologia
e inovação.



SEDE ADMINISTRATIVA
SÃO PAULO - BRASIL



PARQUE INDUSTRIAL LI
EMBU - SÃO PAULO - BRA

O que a Oxiteno ajudou a desenvolver nesses 35 anos?

- xampus que deixam os cabelos mais sedosos
- uma nova geração de defensivos agrícolas
- um tipo de couro mais macio
- uma tinta mais fácil de aplicar
- todas as alternativas anteriores

A Oxiteno é hoje a maior produtora de óxido de eteno e derivados da América Latina. Sempre em busca de inovações, investe, inclusive, em fontes renováveis de matéria-prima.

Presente na América, Europa e Ásia, a Oxiteno trabalha em proximidade com seus clientes. O resultado é agilidade para desenvolver novos produtos, nos mais diversos segmentos da indústria.

Oxiteno, há 35 anos, a escolha certa.



Compromisso com a evolução